

Programa
Cidades
Sustentáveis

GPS – GESTÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL

GUIA DE INDICADORES PARA A GESTÃO PÚBLICA

Guia de Indicadores para a Gestão Pública

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4	EIXOS E INDICADORES DO PCS	31
CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS INDICADORES	6	ALINHAMENTO COM OS ODS	31
APLICAÇÕES BÁSICAS	10	VALORES DE REFERÊNCIA	31
LEVANTAMENTO E SELEÇÃO	10	EIXOS, INDICADORES E CORRELAÇÕES COM OS ODS	33
INFOGRÁFICO: UM BOM INDICADOR É ASSIM	12	BOAS PRÁTICAS EM INDICADORES	57
TIPOS E CLASSIFICAÇÕES	14	DADOS ABERTOS PARA A MOBILIDADE URBANA (FORTALEZA)	58
AÇÕES INTEGRADAS	16	A CONSTRUÇÃO DE UMA VISÃO DE FUTURO (NITERÓI)	59
INFOGRÁFICO: FERRAMENTAS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO	18	GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA COM METAS E CONTROLE SOCIAL (SÃO PAULO)	60
DIAGNÓSTICOS LOCAIS	18	MAPA DO RÚIDO (LISBOA)	61
PLANO DE METAS	18	PARIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES (CIDADE DO MÉXICO)	62
PLANEJAMENTO INTEGRADO	19	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
GOVERNANÇA PARTICIPATIVA	19	CRÉDITOS	64
MAPA DA DESIGUALDADE	19		
DADOS ABERTOS	20		
GOVERNO ABERTO	21		
PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTROLE SOCIAL	22		
PUBLICIDADE VERSUS SIGILO DE INFORMAÇÕES	22		
FONTES DE DADOS	24		
ÓRGÃOS NACIONAIS	25		
ÓRGÃOS ESTADUAIS	26		
ÓRGÃOS MUNICIPAIS	26		
PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS	28		
O QUE É	28		
COMO FUNCIONA	28		
O CICLO DO PCS	29		
PLATAFORMA CIDADES SUSTENTÁVEIS	29		
UM ÍNDICE PARA MONITORAR OS ODS NAS CIDADES	30		

APRESENTAÇÃO

Um pressuposto fundamental de uma gestão pública eficiente é a capacidade dos tomadores de decisão de avaliar adequadamente a realidade, acolher e interpretar os desejos e necessidades da população e implementar ações que atendam às prioridades estabelecidas.

Nesse processo, os indicadores cumprem um papel essencial em diversas etapas. Eles traduzem o contexto em que vivemos por meio de dados e informações qualitativas e quantitativas. Também permitem mensurar aspectos que influenciam nosso dia a dia e nos ajudam a dar um sentido mais tangível e concreto para fatores muitas vezes abstratos, como a qualidade de vida das pessoas ou o nível de vulnerabilidade de uma população.

Em termos práticos, os indicadores organizam e sistematizam um amplo conjunto de informações sobre um determinado território.

Eles permitem a identificação de fenômenos temporais e espaciais, a observação e análise de cenários, o monitoramento de ações do governo e a avaliação dos impactos de uma política pública. Por isso são tão importantes para a gestão e o planejamento urbano.

Outra função essencial dos indicadores é a sua utilização como instrumento de controle social. Quando dados e informações são disponibilizados de forma transparente e acessível, eles se tornam fontes valiosas para a população acompanhar e monitorar as ações do poder público. Nesse sentido, são um estímulo à participação

cidadã no debate de políticas públicas e contribuem para fortalecer a democracia e a prestação de contas permanente da gestão.

Para que a função de controle social possa ser efetivamente desempenhada, é necessário que o acesso aos dados seja garantido para toda a sociedade. Atualmente, os recursos tecnológicos podem, por meio de ferramentas digitais, constituir sistemas de dados abertos oferecidos publicamente por meio da internet, permitindo não apenas sua visualização como também seu processamento e download para outras análises e processamentos de interesse da sociedade.

Nas próximas páginas, esses e outros assuntos são abordados de modo prático e objetivo, com ênfase nas ferramentas do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) e nas funcionalidades de sua plataforma web. Neste guia, os usuários encontrarão uma variedade de usos e aplicações de indicadores na gestão pública municipal, para que possam se apropriar de metodologias e ferramentas de apoio às suas atividades.

O objetivo é tanto capacitar os gestores públicos e incentivá-los a utilizar esse instrumento no seu dia a dia de trabalho, de modo que contribuam para um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades da população, como orientar a sociedade civil sobre a compreensão e uso de indicadores para o monitoramento da gestão pública. É também reforçar a ideia de um modelo que valorize políticas integradas e considere os vários elementos que influenciam a organização da sociedade, com atenção aos diversos aspectos sociais, ambientais, econômicos, culturais, políticos e institucionais.

As ferramentas estão aí, à disposição de todas e todos que buscam uma cidade mais inclusiva e acessível para seus habitantes. Um lugar que ofereça bens e serviços públicos de qualidade, mais acolhedor para seus moradores e que seja integralmente conhecido e valorizado pelo próprio poder público.

Boa leitura!

Foto: Agustin Diaz/Unsplash

CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS INDICADORES

Os indicadores apontam, aproximam e traduzem em termos mensuráveis as várias dimensões ou recortes de uma determinada realidade. Por meio deles, é possível analisar a evolução no tempo e no espaço dos diferentes aspectos da vida local e traçar um conjunto de estratégias de acordo com as necessidades da população ou do território em questão.

Na gestão pública, os indicadores são a linha de base para o início da sistematização das informações e, em um segundo momento, para um planejamento mais consistente das ações de governo – processo fundamental para a inclusão de temas relevantes nas agendas públicas governamentais. Além de fornecer subsídios para a elaboração de diagnósticos em diferentes níveis espaciais (intramunicipal, no caso de bairros e distritos, ou intermunicipais, quando se pretende estender a visão para as esferas estadual e nacional, entre outros exemplos), os indicadores também são um instrumento para a realização de prognósticos, para a identificação de cenários e tendências e para a construção de uma visão de futuro que aponte o lugar a que se quer chegar.

Para se definir indicadores ou atribuir sentido a eles, no entanto, é essencial que os gestores e

a população compreendam o contexto histórico do território, seja ele um município, um estado ou mesmo um país com as dimensões do Brasil. Informações sobre o processo de formação de uma determinada sociedade, seu desenvolvimento socioeconômico ao longo do tempo, suas transformações políticas e culturais, bem como suas características ambientais são fundamentais para se pactuar, com a população, uma visão de futuro compatível com a realidade local. E, por consequência, para escolher indicadores mais adequados para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Outro aspecto relevante no uso desses instrumentos diz respeito à abertura de dados e informações, à transparência e à prestação de contas por parte do poder público. Levantar indicadores é revelar e dar publicidade à informação, é torná-la disponível para a socieda-

de, é reconhecer que este é não só um direito de todos os cidadãos, mas também um recurso básico para a gestão pública e para a participação social. Com a disponibilização dos indicadores, a sociedade passa a ter maior poder de fiscalização do gasto público, exigindo o uso mais eficiente, eficaz, efetivo e socialmente justo dos recursos e a reorganização das atividades de planejamento em bases mais técnicas, como observam Claudia Antico e Paulo Jannuzzi no artigo *Indicadores e a Gestão de Políticas Públicas*.

Para que a sociedade civil

participe do cenário político, assim como das decisões de governo, é necessário também que os cidadãos tenham conhecimento adequado por meio de informações públicas confiáveis e de qualidade. O próprio processo de construção de informações propicia o fortalecimento da cidadania, uma vez que o trabalho com indicadores também pressupõe um entendimento anterior que extrapola suas características instrumentais.

APLICAÇÕES BÁSICAS

A metodologia de indica-

dores pode ser aplicada em uma grande variedade de casos, tanto em unidades administrativas de uma cidade – como bairros, distritos ou zonas – quanto em unidades da Federação. Esse instrumento também tem utilidade e função em diferentes etapas e processos da gestão pública, desde a identificação de demandas e problemas a serem enfrentados até a avaliação das ações adotadas para solucionar esses desafios.

Em geral, os indicadores alimentam um ciclo virtuoso que compreende quatro etapas principais

“Os indicadores podem nos ajudar a perceber se algo vai bem ou vai mal, se é muito ou pouco, se é forte ou fraco, se é grande ou pequeno”

Márcia Paterno Joppert e Rogério Renato Silva, no *Guia Metodológico para Monitoramento e Avaliação Participativa de Ações Municipais (Confederação Nacional dos Municípios – CNM e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud/Brasil, 2012)*

na implantação de uma ação: diagnóstico da realidade local; formulação de políticas públicas; implementação das ações; e avaliação das ações.

Segundo Paulo Jannuzzi, cada etapa do ciclo envolve o uso de um conjunto de indicadores de diferentes naturezas e propriedades, em função das necessidades intrínsecas das atividades aí envolvidas. No caso da elaboração do diagnóstico, os indicadores precisam ser de boa confiabilidade (o que também pressupõe a possibilidade de sua verificação), validade e desagregabilidade, de modo que possam cobrir as diversas temáticas envolvidas nesse processo. Diz Jannuzzi: “É preciso ter um retrato amplo e detalhado da realidade social para orientar, posteriormente, as questões prioritárias a atender, os formatos dos programas a implementar, as estratégias e ações a desenvolver”.

Na segunda etapa (formulação de programas e políticas públicas), são definidas as prioridades do governo, a natureza das intervenções a serem implementadas e o público-alvo dessas ações. Para tanto, pode-se adotar um conjunto mais reduzido de indicadores e considerar a aplicação daqueles que apresentam características sintéticas – ou seja, de índices que considerem diferentes dimensões da realidade ao agregar na mesma medida mais de um indicador analítico, tal como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que sintetiza dados de educação, renda e longevidade.

Na terceira etapa (implementação e execução dos programas), os indicadores também podem cumprir uma função importante, de monitoramento, por conta de suas caracte-

terísticas de sensibilidade, especificidade e, principalmente, de periodicidade. Desse modo, eles permitem o acompanhamento contínuo de programas e ações, proveem informações para a adoção de medidas corretivas e auxiliam os gestores a mensurar a eficácia, a eficiência e a efetividade da intervenção. Assim, fornecem subsídios para a tomada de decisão e a correção de rotas ainda na fase de execução do projeto.

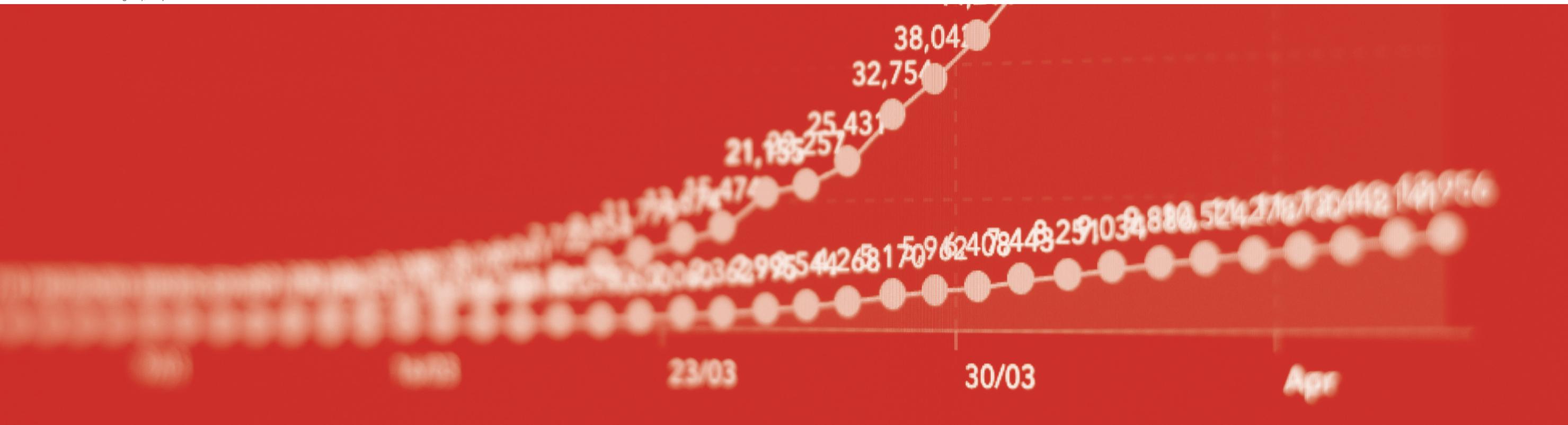
Assim como ocorre no processo de monitoramento, na quarta etapa (avaliação) os indicadores são úteis para a mensuração de resultados, ou seja, para medir os esforços e recursos alocados, bem como os impactos promovidos pela intervenção. Neste caso, é possível utilizar indicadores simples, “que descrevem imediatamente um determinado aspecto da realidade ou apresentam uma relação entre situações e ações”, como observam Lima Caldas e Kayano no artigo *Indicadores para o Diálogo* (2002).

Há inúmeros exemplos nesse sentido. A ampliação do número de leitos hospitalares ou de domicílios atendidos por coleta de lixo permitem conclusões rápidas e objetivas que podem indicar a eficácia (ou não) de uma ação do poder público, caso esses compromissos tenham sido assumidos anteriormente. Jannuzzi considera que “monitoramento e avaliação são processos analíticos organicamente articulados, sucedendo-se no tempo, com o propósito de subsidiar o gestor público com informações acerca do ritmo e da forma de implementação dos programas (indicadores de monitoramento) e dos resultados e efeitos almejados (indicadores de avaliação)”.

ETAPAS	TIPOS E PROPRIEDADES	FONTES DE DADOS PREDOMINANTES
<p>Elaboração do diagnóstico Indicadores que permitam “retratar” a realidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Amplo escopo temático • Ampla desagregabilidade geográfica e populacional • Validade de <i>constructo</i> • Boa confiabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Censos demográficos • Pesquisas amostrais
<p>Formulação de programas e seleção de alternativas Indicadores que orientem objetivamente a tomada de decisão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores sintéticos • Indicadores multicriteriais • Tipologias de situações sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Censos demográficos • Pesquisas amostrais
<p>Implementação/ execução Indicadores que permitam “filmar” o processo de implementação dos programas formulados e a eficiência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Esforço (insumos/processos) • Atualidade/regularidade • Sensibilidade • Especificidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Registros administrativos • Registros gerados nos procedimentos dos próprios programas
<p>Avaliação Indicadores que permitam “revelar” a eficácia e efetividade social dos programas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados e impactos • Distância para as metas • Tipologias 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas amostrais • Registros administrativos • Grupos focais • Pesquisas de egressos e participantes do programa

Fonte: Adaptação a partir de tabela elaborada por Paulo Jannuzzi (*Revista do Serviço Público*, 2005)

Foto: Kobu Agency/Unsplash



LEVANTAMENTO E SELEÇÃO

Este processo se inicia com o levantamento técnico dos indicadores, uma tarefa que exige atenção para a quantidade e a assertividade da escolha nos diferentes temas e segmentos. Isso porque os indicadores devem expressar as características essenciais do território e os temas que devem ser priorizados, bem como as mudanças esperadas. Por isso, a seleção de um número excessivo de dados e informações tende a ser pouco efetiva, além de gerar esforços desnecessários e não se traduzir obrigatoriamente em um diagnóstico melhor e mais completo.

A escolha de indicadores deve considerar ainda outras características importantes, de acordo com o objetivo que se pretende atingir. Por exemplo, eles devem ser precisos e confiáveis,

mas também têm de ser disponibilizados com regularidade, de maneira que permitam comparações temporais ou territoriais (leia mais na página 12). Para isso, as bases de dados devem constituir séries históricas que permitam avaliar a evolução do indicador ao longo do tempo, bem como a análise de seu desempenho.

No artigo *Indicadores para o Diálogo*, Jorge Kayano e Eduardo Lima Caldas colocam essa questão de forma bem didática:

Os indicadores aplicados a determinados espaços territoriais (aplicados a uma localidade) podem ser comparados ao longo do tempo permitindo um acompanhamento das alterações

de uma mesma realidade, do mesmo modo que as fotografias de uma mesma pessoa podem ser comparadas ao longo do tempo. Por outro lado, pode-se também comparar localidades diferentes e estabelecer comparações entre elas, do mesmo modo que se pode comparar fotos de pessoas diferentes para observar suas semelhanças e diferenças.

Outra característica que deve ser considerada no processo de levantamento dos indicadores é a objetividade dos dados e informações, no sentido de facilitar o entendimento, a interpretação e a comunicação com públicos diversos. Isso significa que o indicador deve prezar pela simplicidade, para que as informações sejam transmitidas de forma clara e sem ruídos.

Ainda nesta etapa, outro ponto essencial a ser considerado é que as áreas temáticas, como saúde, assistência social, educação, transportes, renda e habitação, entre outras, devem ser integradas e reconhecidas como interdependentes, de modo que reflitam a verdadeira dimensão da realidade social. Há várias relações possíveis entre os indicadores de diferentes áreas temáticas, uma vez que o avanço ou o retrocesso de um pode ter impacto direto no outro.

Depois da escolha dos indicadores, é necessário ouvir a comunidade e saber de suas necessidades para que os dados e informações sejam organizados em torno dessa demanda. Por fim, deve existir uma comunicação adequada para a divulgação desse diagnóstico e a apropriação dessas informações por amplos setores sociais.

UM BOM INDICADOR É ASSIM

01. Verificável

O acesso às bases de dados e seus documentos técnicos garante a qualidade e a confiabilidade do indicador.

03. Capaz de ser medido

É necessário que haja dados disponíveis para a sua construção.

02. Preciso

Traz a medida exata e direta, ou seja, é obtido por meio de um trabalho com boa qualidade técnica.

04. Relevante

Precisa ser útil e pertinente, de modo que sua interpretação provoque um questionamento para futuras ações.

05. Fácil de interpretar

Clareza e objetividade são aspectos fundamentais. Um indicador não deve trazer ambiguidades.

06. Confiável

Para resultados consistentes, a fonte deve ser insuspeita e ter credibilidade.

07. Monitorado

Frequência e periodicidade permitem que o indicador seja supervisionado e que as políticas públicas possam ser reavaliadas.

08. Econômico

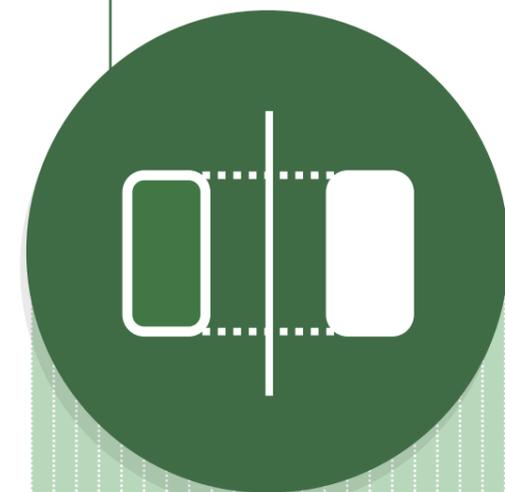
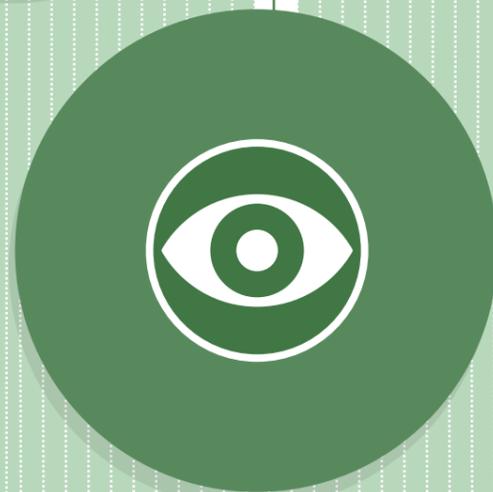
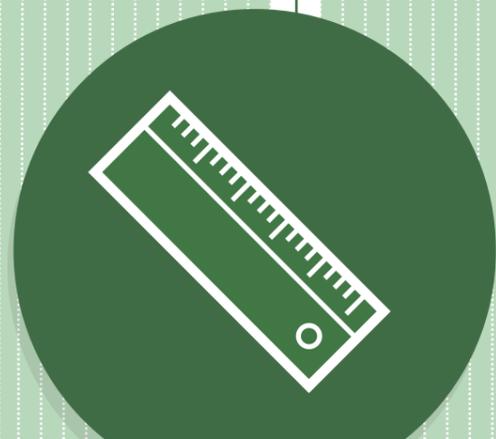
Com custos módicos em relação ao tempo e investimento para construí-lo.

09. Acessível

As condições devem ser apropriadas para que todos os interessados possam obtê-lo e acessá-lo.

10. Comparável

Os dados devem estar referenciados no tempo e no espaço, para permitir comparações entre períodos e entre lugares.



TIPOS E CLASSIFICAÇÕES

Foto: Maxim Hopman/Unsplash



Os indicadores podem ser classificados de diversas maneiras. A mais comum é de acordo com áreas temáticas, como saúde, educação, habitação, segurança pública, trabalho, transportes e assim por diante (veja exemplos no quadro da página 15).

Outra maneira de classificá-los é como analíticos ou sintéticos. No primeiro caso, eles costumam ser autoexplicativos e descrevem um determinado aspecto da realidade de forma rápida, específica e objetiva. Por exemplo, “tempo de espera por vaga em creche”, “número de leitos hospitalares” e “domicílios sem acesso à rede de água e esgoto” nos dão uma resposta imediata sobre o que pretendem mensurar.

Utilizados com frequência na fase de elaboração de diagnósticos locais, os indicadores analíticos permitem a identificação de déficits sociais em diferentes áreas e temas. Por isso, podem ajudar a definir o público-alvo e as regiões que serão priorizadas por uma política pública.

Os indicadores sintéticos, por sua vez, têm como característica geral a capacidade de sistematizar diversas dimensões da realidade econômica e/ou social em uma mesma medida. Eles são uma forma de mensurar, por exemplo, a qualidade de vida e o nível de vulnerabilidade de uma população por meio da

criação de índices compostos que considerem diferentes fatores sociais e econômicos. Um bom exemplo é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que reúne indicadores como anos de estudo, expectativa de vida ao nascer e PIB per capita em sua composição.

Como observa Jannuzzi, uma das características dos indicadores sintéticos é oferecer aos gestores uma medida-síntese das condições de vida e do desenvolvimento de municípios, estados ou outras unidades territoriais. Por isso, segundo ele, indicadores sintéticos podem ser úteis como instrumentos de tomada de decisão no ciclo de programas sociais. Eles também podem ajudar a definir a natureza das ações a serem implementadas, as questões prioritárias e os públicos-alvo a serem atendidos.

Um terceiro grupo comum e bastante utilizado na gestão pública são os indicadores de desempenho, que indicam o quanto do objetivo foi alcançado. Atualmente, com os recursos disponíveis de tecnologia, é possível gerar indicadores para qualquer etapa de um processo e medir seu resultado. Neste caso, o indicador pode ser usado para avaliar o desempenho da gestão pública em consonância com o Plano de Metas do município e, assim, avaliar a evolução e/ou a conclusão de uma meta.

ALGUNS EXEMPLOS DE INDICADORES ANALÍTICOS

- > Chefes de família com rendimento de até um salário mínimo
- > Pessoas de 7 a 14 anos não alfabetizadas
- > Domicílios com dez ou mais moradores
- > Taxa de mortalidade infantil
- > Taxa de desemprego

ALGUNS EXEMPLOS DE INDICADORES SINTÉTICOS

- > Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
- > Índice de Gini
- > Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)
- > Índice de Preços ao Consumidor (IPC)
- > Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp)

ALGUNS EXEMPLOS DE INDICADORES TEMÁTICOS

> SAÚDE

- Leitos por mil habitantes
- Percentual de crianças nascidas com baixo peso
- Número de consultas pré-natal

> EDUCAÇÃO

- Taxa de analfabetismo
- Escolaridade média da população de 15 anos ou mais

> HABITACIONAIS

- Densidade de moradores por domicílio
- Número de domicílios localizados em favelas

> SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

- Mortes por homicídio
- Roubos à mão armada por cem mil habitantes

> INFRAESTRUTURA URBANA

- Taxa de cobertura da rede de abastecimento de água
- Percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública

> AMBIENTAIS

- Percentual de área verde no município
- Nível de poluição do ar

> TRABALHO E RENDA

- Taxa de desemprego
- Rendimento médio real do trabalho

> DEMOGRÁFICOS

- Distribuição da população por sexo
- População urbana e rural

AÇÕES INTEGRADAS

Ao realizar uma avaliação conjunta dos dados e informações, é possível integrar diversos atores sociais e traçar metas conjuntas nas quais fatores econômicos podem estar em concordância, por exemplo, com fatores ambientais – e estes, por sua vez, relacionados diretamente com indicadores de saúde.

Isso contribui para uma visão sistêmica dos diferentes campos de atuação do poder

público e facilita a adoção de políticas integradas, que considerem as convergências possíveis entre diferentes áreas da estrutura administrativa do governo. Em termos práticos, isso significa que é importante fortalecer o trabalho conjunto das secretarias em busca de soluções que envolvam mais de uma área de atuação. Mais do que acompanhar e saber o que acontece nas outras pastas, é preciso identificar ações em comum e integrar planos

Foto: Kobu Agency/Unsplash



setoriais que abordem aspectos confluentes e complementares.

Um bom conjunto de dados integrados deve estar diretamente vinculado às ações e estratégias definidas no sistema municipal de planejamento e gestão. Tal acervo de dados, ao se relacionar aos principais elementos da gestão, tais como o Plano Plurianual, o Plano Diretor e os planos setoriais, deve permitir uma visão integrada do município no tempo e no espaço. O uso de diferentes indicadores para tratar de temas específicos, e que estejam relacionados entre si, cria a possibilidade de se compreender a ação dos diversos determinantes de cada tema e os efeitos sinérgico e cumulativos decorrentes. Um exemplo de integração comum é a correlação entre os dados de renda e de escolarização dos

diversos bairros da cidade para que se possa avaliar quais as regiões com maior demanda por escolarização e capacitação profissional, bem como identificar os impactos dessa carência nos demais serviços públicos como saúde, segurança pública, assistência psicossocial e habitação.

A criação de legislação municipal própria para o planejamento integrado deve considerar tanto o levantamento e a disponibilidade de dados estatísticos quanto a adoção da participação cidadã como método de gestão local. Desse modo, criam-se condições essenciais para que seja feita a integração das informações territoriais e administrativas, assim como dos diversos setores da sociedade civil local nas atividades de planejamento e gestão.

PARA SABER MAIS

O *Guia de Introdução ao Planejamento Integrado*, desenvolvido pelo PCS com apoio do projeto CITInova, apresenta um amplo conjunto de informações úteis sobre o assunto, além de uma metodologia com as etapas necessárias para gestores públicos implementarem um Plano Urbano Integrado em nível municipal. A publicação traz orientações para a formação de um corpo técnico e administrativo coeso, a identificação de atores estratégicos, a observância das legislações federal e estadual pertinentes, as ferramentas e instrumentos urbanísticos disponíveis, além das etapas de construção, mobilização e leitura do território. O guia também aborda a integração do plano urbano com os diversos planos setoriais, as análises estratégicas envolvidas nesse processo e segue até a elaboração de projeto de lei para a implantação desse plano.

FERRAMENTAS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Existem diversos processos e instrumentos urbanos que se apoiam nos dados e informações dos indicadores. Veja alguns exemplos



Diagnósticos locais

Caracterizam a realidade local para apoiar gestores e cidadãos na definição de estratégias e prioridades, uma vez que indicam fragilidades específicas que podem ser atendidas com serviços públicos e infraestrutura. Sua elaboração pressupõe a coleta, organização, análise e seleção prévia de indicadores.



Plano de Metas

Ferramenta de apoio à gestão baseada em indicadores, diagnósticos e propostas de campanha. Apresenta os compromissos da administração local para a oferta de serviços e equipamentos públicos, constituindo-se, portanto, em um importante instrumento de monitoramento e controle social sobre a gestão.



Governança participativa

A construção de observatórios de indicadores permite o monitoramento social e a avaliação de políticas públicas. Para tanto, a prefeitura deve criar instâncias e processos participativos, de transparência administrativa, meios de acesso à informação e a dados abertos e canais de comunicação com a população.



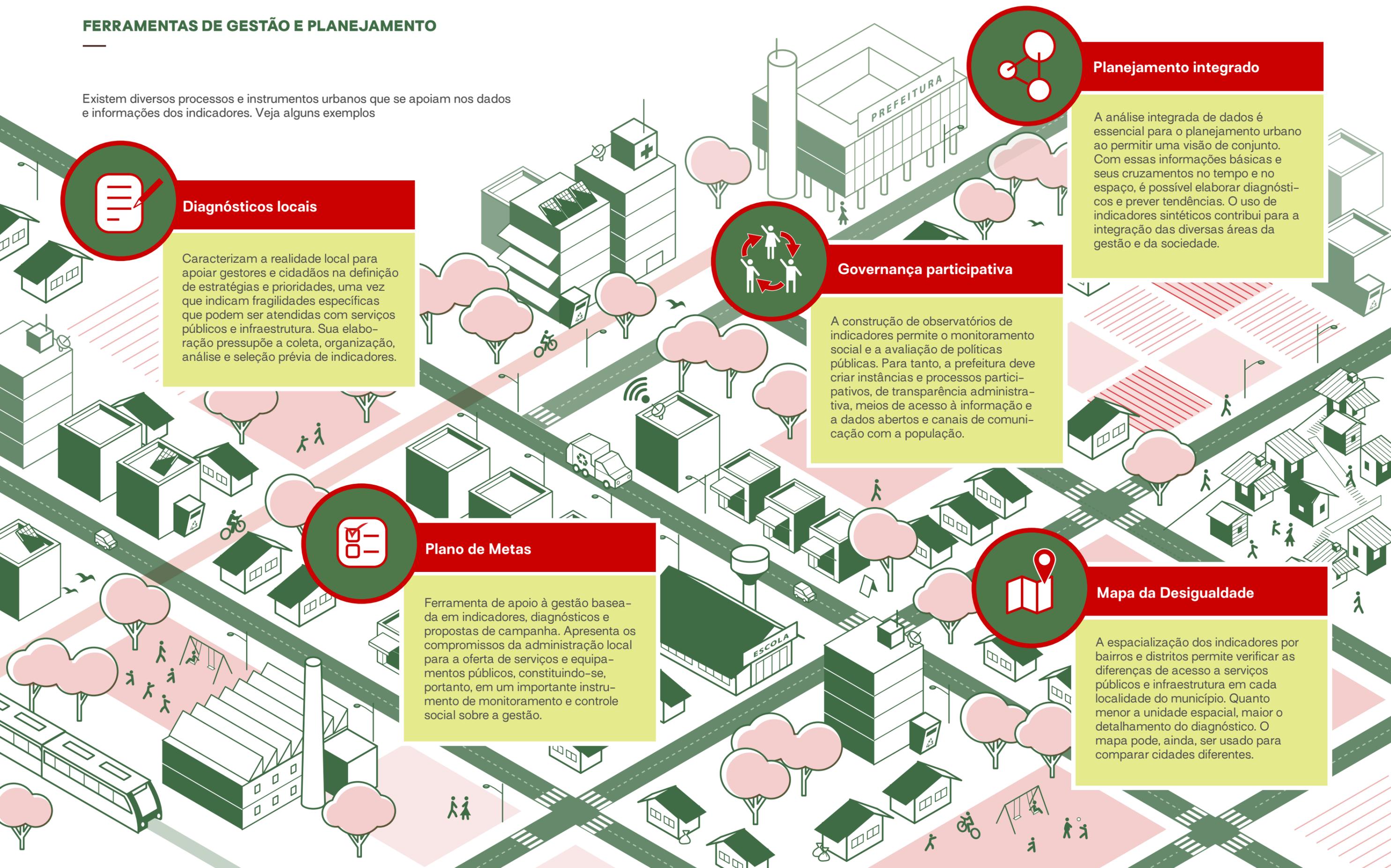
Mapa da Desigualdade

A espacialização dos indicadores por bairros e distritos permite verificar as diferenças de acesso a serviços públicos e infraestrutura em cada localidade do município. Quanto menor a unidade espacial, maior o detalhamento do diagnóstico. O mapa pode, ainda, ser usado para comparar cidades diferentes.



Planejamento integrado

A análise integrada de dados é essencial para o planejamento urbano ao permitir uma visão de conjunto. Com essas informações básicas e seus cruzamentos no tempo e no espaço, é possível elaborar diagnósticos e prever tendências. O uso de indicadores sintéticos contribui para a integração das diversas áreas da gestão e da sociedade.



DADOS ABERTOS

Foto: Lukas Blazek/Unsplash



A Open Knowledge Internacional define dados abertos como aqueles que podem ser livremente acessados, utilizados, replicados, modificados e compartilhados para qualquer finalidade – basta que o usuário cite sua fonte e sua abertura. Para que um dado seja considerado aberto, ele precisa estar disponível na internet de forma gratuita, sem contrapartidas para sua utilização, acesso ou replicação e em formato compreensível para ser processado da forma mais ampla possível. Sua utilização, portanto, está diretamente relacionada à publicidade de

informações com a finalidade de universalização do conhecimento.

No caso da administração pública, a divulgação de informações é imperativa. Os dados devem ser disponibilizados em sua íntegra, sem nenhum recorte e da forma mais próxima àquela coletada na fonte, de modo que o usuário possa definir o melhor meio de explorá-los. Além disso, sua licença deve ser livre, sem proprietário, e permitir que qualquer indivíduo possa obter acesso, independentemente de registro ou identificação. Por fim,

os dados também devem ser divulgados em formato compreensível por qualquer computador, por meio de programas livres (softwares livres), permitindo seu processamento integral e de forma mais ágil a contar de sua coleta, garantindo-se a relevância.

O Art. 37 da Constituição Federal traz a publicidade como princípio da administração direta e indireta, o que impõe um dever de transparência não só com relação às decisões em si, mas também sobre todo processo decisório, inclusive as informações que o influenciaram. Nessa mesma linha, a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) regula a publicidade de informações, especificando o dever de fornecimento de dados, sobretudo nos art. 3º 8º e 30.

GOVERNO ABERTO

Mais recentemente, o Decreto Presidencial 8.777/2016 criou a Política de Dados Abertos do governo federal, com o objetivo de ampliar o fornecimento de informações e estatísticas sob o controle do Estado, buscando aumentar a transparência e propiciar o controle social (Art. 1º), fomentando também as pesquisas em gestão pública. Mesmo informações que em um primeiro momento não estejam disponíveis podem ser solicitadas via requerimento administrativo por qualquer cidadão, de tal modo que o pedido só possa ser negado por decisão devidamente fundamentada, seja pelo dado ser classificado como sigiloso, conforme definição estabelecida em lei, ou quando a sua

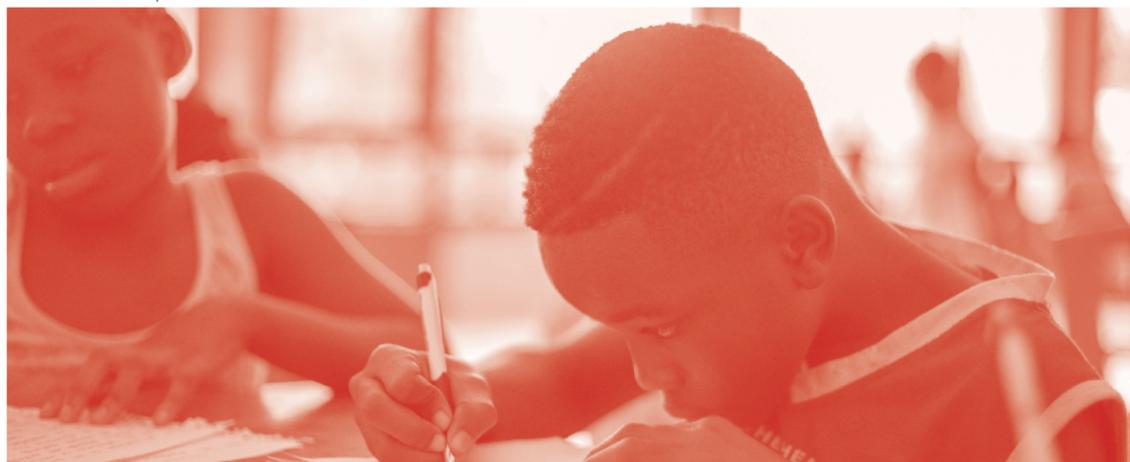
divulgação impuser gastos desproporcionais e não previstos aos cofres públicos. Ainda assim, se a negativa se basear em excesso de gastos, o poder público deverá apresentar análise de viabilidade de sua inclusão futura em plataforma digital.

A abertura de dados, portanto, é um desdobramento natural do próprio princípio da publicidade da administração pública, assegurando o amplo acesso a todo tipo de dado, incluindo indicadores que sirvam como subsídio para a tomada de decisões ou, ainda, para monitorar a eficiência e os custos de determinada política, obra ou serviço. São, portanto, dos mais importantes subsídios para a formulação de políticas públicas e para o exercício do controle social.

Essa medida também se aplica a estados e municípios, a exemplo do Decreto Estadual Nº 55.559/2010 – SP, criado anos antes da iniciativa federal. A existência de portais específicos de dados em cada estado ou município pode ser consultada no próprio site oficial do respectivo ente federativo.

As justificativas para a implementação de uma política de dados abertos são as mais variadas. Vão desde os benefícios que ampliam a capacidade de análise com diferentes abordagens e atores sociais até a própria noção de que, se esses dados foram coletados mediante financiamento e interesse público, devem estar voltados a toda a sociedade, e não apenas a determinados setores com autorização prévia.

Foto: Santi Vedri/Unsplash



PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONTRÔLE SOCIAL

O dever de abertura de informações ao público em geral, como consta na Constituição, na Lei de Acesso à Informação e outros tantos dispositivos legais (constituições de estados e leis orgânicas), é uma ferramenta importante porque obriga o poder público a disponibilizar a relação de todas as despesas e contratos por ele realizados, além de indicadores, justificativas e diagnósticos que levaram à adoção de tais medidas.

O acesso a esses dados, portanto, fornece subsídios para a participação cidadã e controle de gastos públicos e da eficiência dos serviços e políticas públicas por qualquer cidadão. Além disso, munidos de tais informações, o trabalho dos conselhos e comissões se torna mais fácil, uma vez que os colegiados obtêm mais elementos para aprovar ou rejeitar contas de determinados setores, opinar sobre planos e projetos, bem como acionar o Judiciário em situações específicas.

Todos os níveis da Federação têm um “portal da transparência” com essa finalidade, ou seja, um site no qual disponibiliza relações de

receitas e despesas nas mais diversas áreas, juntamente com ordens de serviços, indicadores, contratos e holerites, bem como formulários e protocolos específicos para requisição de informações.

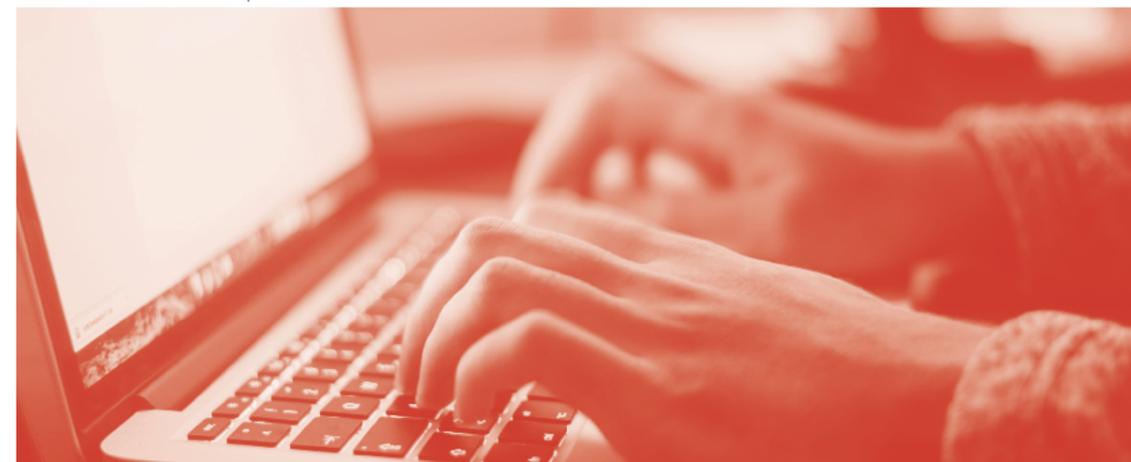
A existência desses mecanismos, ainda que não sejam necessariamente usados, coíbe (embora não impeça) a prática de desvios ou, ao menos, permite que estes sejam descobertos e punidos, cumprindo relevante papel para uma distribuição mais justa e eficiente de verba pública.

PUBLICIDADE VERSUS SIGILO DE INFORMAÇÕES

Tratando-se de informações provenientes do Estado, a publicidade é a regra geral em qualquer nível da Federação, incluindo as entidades da administração indireta, fundações, autarquias e congêneres, e ainda no caso de entidades privadas que recebam para fornecimento de bens e serviços em parceria ou sob financiamento público.

Os cidadãos têm o direito de ter acesso a todo tipo de gastos, planejamentos e decisões tomadas pelo poder público. A exceção se dá quando a informação é classificada como si-

Foto: Glenn Carstens Peters/Unsplash



gilosa (Lei 12.527/2011, Art. 4º, III), o que ocorre somente em caráter temporário e quando assim o exigirem a segurança do Estado ou da sociedade, sobretudo em respeito à privacidade. Esse sigilo, contudo, não é absoluto e pode ser aplicado de modo parcial, a depender do caso concreto.

Para que determinada informação seja classificada como sigilosa, é necessário que o agente competente fundamente a decisão com a justificativa para o sigilo, o assunto sobre o qual diz respeito a informação e o prazo de restrição, na forma do art. 28 da Lei de Acesso à Informação. O grau de sigilo divide-se em: ultrassecreto; secreto; e reservado, sendo que cada grau só pode ser classificado

pela autoridade competente, na forma do Art. 27. Quanto aos prazos de restrição, estes vão de cinco a vinte e cinco anos (no caso de informação ultrassecreta).

Em nenhuma hipótese o sigilo será absoluto e indefinido no tempo, podendo, inclusive, ser reavaliado ou mesmo desconsiderado quando necessário à tutela judicial ou administrativa. Isso significa que os gestores não podem negar informações de forma arbitrária, incluindo aquelas relacionadas a despesas diretas ou indiretas, ou ainda à alocação de recursos materiais ou humanos. Caso um pedido de informações seja negado, o cidadão poderá ainda recorrer administrativamente ou mesmo acionar o Poder Judiciário para reverter a decisão.

PARA SABER MAIS

O [Guia de Introdução à Participação Cidadã](#), elaborado pelo PCS, traz mais informações sobre dados abertos, transparência e controle social. A publicação também apresenta conceitos, referenciais teóricos e normativos, indicadores e institutos de democracia participativa e participação cidadã. Para gestores públicos municipais, reúne orientações para a implementação de um sistema municipal de participação cidadã, bem como uma proposta para a criação da Política Municipal de Participação Cidadã.

FONTES DE DADOS

Para a obtenção dos indicadores que não são elaborados no âmbito municipal, é necessário fazer diversos pedidos de informação aos diferentes órgãos responsáveis, estaduais e federais. Além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), outras instituições disponibilizam informações periódicas valendo-se das facilidades que as novas tecnologias de informação e comunicação oferecem.

Os órgãos estaduais de estatística e aqueles de apoio técnico à criação e gestão municipal e gestão territorial, os ministérios da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Regional e da Economia (que, a partir de 2019, incorporou as atribuições dos extintos ministérios do Trabalho, da Previdência Social e do Tesouro Nacional) disponibilizam na internet informações bastante específicas que podem e devem ser utilizadas pelos órgãos municipais.

Muitos indicadores de monitoramento, que devem ser específicos e periódicos, necessários nas etapas de implementação, execução e avaliação dos programas, são disponibilizados regularmente pelo IBGE. Como exemplo, há o Censo Demográfico, executado nos anos de final zero, ou seja, a cada dez anos. No entanto, para complementar o atendimento à demanda por informações municipais mais periódicas, o instituto tem realizado de forma mais regular a Pesquisa Nacional de Assistência Médico-Sanitária (AMS), que traz

dados das capitais; a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic); a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF); e a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), entre tantas outras pesquisas e estudos do instituto.

Na mesma linha de pesquisa, o IBGE também realiza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad Contínua. Esta tem como objetivo complementar as informações sobre a força de trabalho da população brasileira durante o período intercensitário e estudar temas insuficientemente investigados ou não contemplados nos censos demográficos decenais. A Pnad Contínua obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, além de características dos domicílios e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade e nupcialidade, entre outras. A unidade de coleta são os domicílios. Temas específicos que abrangem aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados (<http://www.ibge.gov.br>).

Em alguns casos, os indicadores podem ser provenientes de estudos realizados por outros órgãos, como universidades, centros de pesquisas e organizações não governamentais. A seguir, alguns exemplos de fontes para a obtenção dos indicadores nos vários níveis do governo, acompanhados de alguns indicadores que podem ser obtidos em tais fontes.

ÓRGÃOS NACIONAIS

> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

www.ibge.gov.br

Indicadores sociais (renda, população, analfabetismo e alfabetização, desemprego etc.) e bens naturais (abastecimento público de água potável, rede de esgoto, informações topográficas etc.).

> Comitê Gestor da Internet (CGI.br)

www.cgi.br

Ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, tem indicadores de tecnologia (domicílios com acesso à internet).

> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

www.inep.gov.br

Indicadores de educação (índice de desenvolvimento da educação básica, exame nacional do ensino médio, taxa de analfabetismo, matrículas em curso superior, ensino superior concluído).

> Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus)

www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php

Indicadores de saúde (nascidos vivos, doenças epidemiológicas) e equidade (agressão a crianças e adolescentes).

> Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

www.gov.br/tesouronacional/pt-br

Indicadores urbanos e de saneamento e déficit habitacional.

> Secretaria do Tesouro Nacional

www.tesouro.fazenda.gov.br

Transferências de recursos, execução orçamentária, receitas e despesas municipais. Em 2019, foi incorporada pelo Ministério da Economia.

> Secretaria da Previdência Social

www.previdencia.gov.br

Benefícios e auxílios concedidos, contribuintes, acidentes de trabalho. Em 2019, perdeu o status de ministério e passou a ser uma secretaria do Ministério da Economia.

> Secretaria Especial do Desenvolvimento Social

www.mds.gov.br

Indicadores de pobreza e indigência e acesso aos programas de transferência de renda. Em 2019, perdeu o status de ministério e passou a ser uma secretaria do Ministério da Cidadania.

> Secretaria do Trabalho

www.trabalho.gov.br

Estatísticas mensais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Em 2019, perdeu o status de ministério e passou a ser uma secretaria do Ministério da Economia.

ÓRGÃOS ESTADUAIS

> Companhias estaduais de saneamento

Indicadores ambientais (perda de água tratada, rede de esgoto sem tratamento, consumo total de água).

> Empresas concessionárias de distribuição de energia no Estado

Indicadores de economia local e consumo (eficiência energética, consumo total de eletricidade per capita).

> Secretarias estaduais de todas as áreas

Como exemplo, a Secretaria Estadual de Segurança Pública, para avaliar indicadores de violência, equidade e justiça social (homicídios, roubos); a Secretaria de Justiça, para avaliar o acesso à justiça (processos julgados, processos abertos, tempo do processo, etc.); a Secretaria Estadual de Educação, para avaliar indicadores de educação (acesso à internet nas escolas, escolas públicas com esporte educacional, jovens com ensino médio concluído); e as secretarias e órgãos de planejamento, que geralmente congregam diversas instituições técnicas estaduais para a gestão pública (estatística, estudos territoriais, etc.)

> Fundações de pesquisa

Devem ser vinculadas ao governo, referenciadas e ter credibilidade.

> Órgãos estaduais de estatística

Pelo site da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística, pode-se acessar os órgãos estaduais e as informações relacionadas a eles:

www.anipes.org.br

ÓRGÃOS MUNICIPAIS

> Secretarias municipais de todas as áreas

Meio Ambiente, Saúde, Transportes, Educação, Cultura, Esportes, Planejamento, e Serviços, dentre outras. Cada secretaria deve se responsabilizar pela construção dos indicadores cabíveis à sua área de atuação.

O PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

O QUE É

O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) é uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal.

Desde 2012, o PCS atua na sensibilização, mobilização e capacitação de governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, que contribuam para o enfrentamento da desigualdade social e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis.

COMO FUNCIONA

Estruturado em 12 eixos temáticos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas, o programa oferece ferramentas e metodologias de apoio à gestão pública e ao planejamento urbano integrado, além de mecanismos de controle

social e estímulo à participação cidadã.

As ferramentas do PCS incluem um conjunto de 260 indicadores relacionados às diversas áreas da administração pública, um painel de monitoramento para o Plano de Metas e um software que permite a comparação de dados e informações entre as cidades.

O PCS também oferece um banco de boas práticas com casos exemplares de políticas públicas no Brasil e no mundo, um programa de formação e capacitação para gestores públicos municipais, documentos de orientação técnica e conteúdos informativos para o público geral.

As metodologias, ferramentas e demais conteúdos do programa são disponibilizados na Plataforma do Conhecimento Cidades Sustentáveis, um ambiente web aberto e de acesso livre, com diversos recursos interativos e funcionalidades para gestores públicos e outros usuários (veja mais na página ao lado).

Os eixos do Programa Cidades Sustentáveis foram correlacionados aos ODS das Nações Unidas e apresentam um caminho concreto e viável para a municipalização da Agenda 2030 nas cidades brasileiras

O CICLO DO PCS



PLATAFORMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

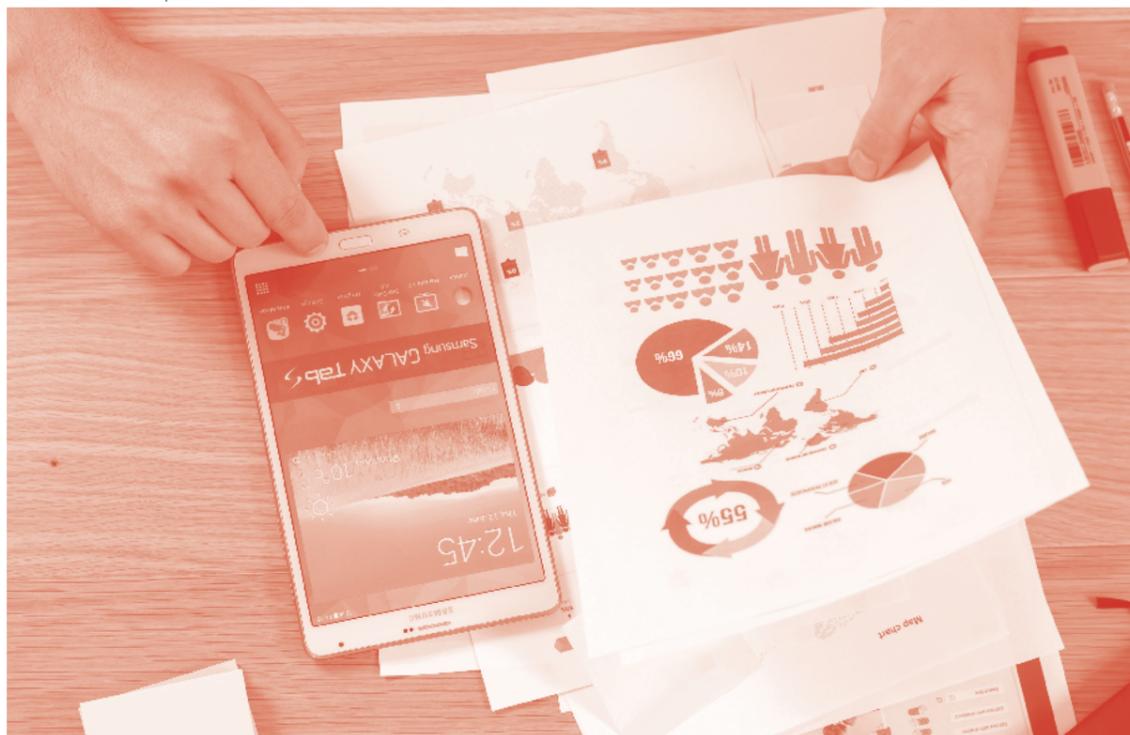
Ambiente web do Programa Cidades Sustentáveis, disponibiliza metodologias e ferramentas de apoio ao planejamento local dos municípios, conteúdos técnicos e teóricos para gestores públicos, além de informações sobre sustentabilidade urbana para o público geral.

Na plataforma, técnicos e gestores das cidades signatárias do PCS têm à disposição uma série de ferramentas, conteúdos e funcionalidades para o uso dos eixos e indicadores do

programa, métricas para o acompanhamento de metas, documentos de orientação técnica, materiais de capacitação e um banco de boas práticas com casos exemplares de políticas públicas no Brasil e no mundo.

Aberta ao público geral, a plataforma também funciona como um importante instrumento de controle social, uma vez que a população pode acompanhar as informações e a evolução dos indicadores de sua cidade por meio de comparativos, gráficos e tabelas.

Foto: William Iven/Unsplash



UM ÍNDICE PARA MONITORAR OS ODS NAS CIDADES

O Programa Cidades Sustentáveis e a rede Sustainable Development Solution Network (SDSN) lançaram em março de 2021 o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), uma ferramenta que pretende gerar um movimento de transformação nos municípios brasileiros. A intenção é orientar a ação política local, definir referências e metas com base em indicadores de gestão e facilitar o monitoramento dos ODS em 770 cidades. Há um índice para cada objetivo e outro para o conjunto dos 17 ODS.

O IDSC-BR apresenta uma avaliação abrangente da distância para se atingir as metas da Agenda 2030, usando os dados mais atualizados disponíveis em fontes públicas e oficiais brasileiras. Ao todo, o índice é composto por 88 indicadores, referentes às várias áreas de atuação da administração pública.

Outro aspecto importante é que os dados e informações coletados para o índice também podem ser utilizados no Relatório Voluntário Local (RVL), um balanço do progresso das cidades no cumprimento da Agenda 2030. A produção do relatório é uma orientação da ONU para países e municípios, com o objetivo de facilitar a troca de experiências, sucessos, desafios e lições aprendidas. Além de ser um instrumento de transparência e prestação de contas, o RVL também busca fortalecer as políticas e instituições dos governos, bem como mobilizar apoio e parcerias para a implementação dos ODS em nível local. Saiba mais no site do IDSC-BR.

EIXOS E INDICADORES DO PCS

Os 12 eixos temáticos do Programa Cidades Sustentáveis foram inspirados nos Compromissos de Aalborg, um pacto político assinado em 2004 por autoridades de mais de 700 cidades com o objetivo de fortalecer as agendas de desenvolvimento sustentável em nível local.

Os eixos do PCS contemplam um conjunto de 260 indicadores relacionados às diversas áreas da administração pública e consideram alguns pressupostos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e a redução das desigualdades nas cidades: a participação efetiva da comunidade local na tomada de decisões, a economia urbana preservando os recursos naturais, a equidade social, o correto ordenamento do território, a mobilidade urbana, o clima mundial e a conservação da biodiversidade, entre outros aspectos.

Os indicadores do PCS auxiliam os técnicos e gestores públicos a elaborar um diagnóstico da cidade, por meio do qual é possível identificar as necessidades da população e estabelecer as prioridades de gestão. O diagnóstico local é a base para a construção do Plano de Metas, instrumento de planejamento e gestão que apoia as prefeituras na definição das ações estratégicas do governo ao longo dos quatro anos de mandato.

Uma vez que se tornam signatárias, as cidades devem fazer uma seleção de indicadores de acordo com três faixas populacionais: 50 indicadores para municípios de 500 a 100 mil habitantes; 75 indicadores para

municípios acima de 100 mil até 500 mil habitantes; e 100 indicadores para municípios acima de 500 mil habitantes.

Após a seleção, os indicadores devem ser preenchidos anualmente pelo técnico da prefeitura designado como “responsável pelos indicadores” (saiba mais no Guia de Uso do Sistema da Plataforma Cidades Sustentáveis). O primeiro ano a ser preenchido se refere aos dados do último ano da gestão anterior – e portanto são os mesmos dados que devem ser utilizados no diagnóstico local e do Plano de Metas, que devem ser elaborados no início do mandato. Nos anos seguintes, são preenchidos os indicadores relativos aos três primeiros anos da gestão atual. Ou seja, no caso da gestão 2021-2024, serão preenchidos os indicadores referentes aos anos de 2020 a 2023, e os dados de 2020 serão utilizados no diagnóstico local e no Plano de Metas.

ALINHAMENTO COM OS ODS

No Brasil e no mundo, um dos desafios para a implementação da Agenda 2030 é traduzir seus objetivos e metas para a realidade local dos municípios. Nesse sentido, o Programa Cidades Sustentáveis deu uma contribuição importante ao fazer o alinhamento de seus eixos e indicadores aos 17 ODS e 169 metas da agenda da ONU. Em termos práticos, esse trabalho permitiu que os indicadores do PCS ajudem

a territorializar os conceitos formulados no âmbito da Agenda 2030, especialmente no caso daqueles que carecem de metas mais específicas. Ou, ainda, de mensurar de forma objetiva e concreta aspectos e concepções por vezes abstratas.

Desde 2015, o Programa Cidades Sustentáveis participou ativamente do processo de difusão e avaliação da Agenda 2030 no Brasil. Ao criar meios e instrumentos para municipalizar os ODS e suas metas, também cumpre um papel importante para a implementação da Agenda 2030 em nível local.

VALORES DE REFERÊNCIA

Com o objetivo de construir parâmetros que permitam a comparabilidade de dados e a avaliação de políticas públicas, o Programa Cidades Sustentáveis encomendou ao Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) a criação de uma metodologia que estabeleça valores de re-

ferência para metas e indicadores ([acesse aqui o material produzido pelo centro](#)).

Para cada indicador do PCS, foram construídas referências objetivas, baseadas em dados produzidos por meio de uma metodologia quantitativa padronizada. Essas referências permitem que cada município compare seus índices e indicadores com conjuntos específicos de cidades brasileiras, como região geográfica (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte) ou porte populacional. Neste último caso, as faixas são as seguintes: a) até 20 mil habitantes; b) de 20 mil a 100 mil habitantes; e c) mais de 100 mil habitantes.

As referências são expressas em valores-limite e, para se chegar a elas, foram levantados os dados disponíveis de todos os municípios brasileiros para os indicadores estabelecidos pelo PCS. Com base nesse levantamento, foram definidos limites. Os valores que estavam acima do limite superior ou abaixo do limite

inferior foram excluídos por serem *outliers* (considerados atípicos ou inconsistentes), podendo interferir negativamente no resultado final. Dessa forma, a metodologia permite classificar os indicadores de desempenho de cada município baseando-se em quatro faixas:

1) **ruim**, estabelecida com base nos valores-limite localizados entre o valor mínimo e o valor correspondente ao quartil inferior (25% dos piores casos);

2) **médio-ruim**, baseada nos valores-limite localizados entre o valor-limite do primeiro quartil e o valor correspondente à mediana (entre 25% e 50%);

3) **médio-bom**, baseada nos valores-limite localizados entre o valor mediano e o valor correspondente ao quartil superior (entre os 50% e os 75% melhores); e

4) **bom**, faixa correspondente aos valores relativos aos melhores indicadores (entre 75% e 100%).

EIXOS DO PCS, INDICADORES E CORRELAÇÕES

GOVERNANÇA



Objetivo geral

Fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa, fomentando a igualdade em suas múltiplas dimensões.

Todo prefeito é eleito para representar os cidadãos e, sempre que possível, atender às suas expectativas. Entretanto, com o avanço da modernização democrática associada à complexidade da sociedade contemporânea, é desejável a estruturação de mecanismos de democracia direta que possibilitem a participação e a abertura de canais de diálogo do Executivo com diversos segmentos sociais e correntes de pensamento. O propósito é construir decisões amplamente majoritárias, que fortaleçam a realização das prioridades e dos objetivos comuns de curto, médio e longo prazos do município.

Objetivo específico

Estabelecer diretrizes estratégicas para o trabalho em conjunto do poder público com a sociedade organizada. Desse trabalho podem nascer ideias que valorizem os aspectos positivos das cidades, apontem soluções coletivas e estabelecidas em consenso para problemas cotidianos, a exemplo de enchentes e falta de creches ou de postos de saúde, assim como para construir a visão de futuro dos municípios e seus planos diretores estratégicos.

A transparência nas informações sobre as políticas públicas, os dados orçamentários e a escolha dos parceiros comerciais são a base de confiança para o processo participativo.

Indicadores

1. Acessibilidade nos espaços públicos

2. Acesso à justiça
3. Acessos negados no sistema de informação ao cidadão
4. Conferências municipais
5. Conselhos municipais
6. Dados em formato aberto
7. Espaços de participação deliberativos e audiências públicas na cidade
8. Funcionários públicos investigados por corrupção
9. Funcionários públicos que sofreram ação administrativa
10. Indivíduos que utilizaram o governo eletrônico
11. Lei de Acesso à Informação regulamentada
12. Mecanismos de democracia direta
13. Mulheres em cargos gerenciais no governo do município
14. Mulheres no comando das secretarias do governo municipal
15. Negros em cargos gerenciais no governo do município
16. Orçamento executado decidido de forma participativa
17. Órgãos de controle e combate à corrupção
18. Ouvidoria
19. Paridade de gênero nos conselhos municipais
20. Participação de adolescentes e jovens em instâncias deliberativas
21. Pedidos respondidos no sistema de informação ao cidadão
22. Pessoas com deficiência empregadas no governo do município
23. Políticas públicas regionalizadas
24. Portal da Transparência
25. Presença de vereadoras na Câmara Municipal
26. Processos municipais por corrupção
27. Programa de Metas
28. Recursos e reclamações registrados no sistema de informação ao cidadão
29. Sistemas de controle e combate à corrupção
30. Sistemas inteligentes e transparentes de contratação e licitação
31. Usuários de internet por tipo de serviço do governo eletrônico

ODS relacionados



BENS NATURAIS COMUNS



Objetivo geral

Assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.

A maior parte dos municípios brasileiros tem sob sua responsabilidade enormes extensões territoriais, que compõem porções significativas de nossas riquezas naturais. Com a grande concentração populacional nas cidades, é importantíssimo não descuidar do território municipal/regional como um todo, assim como é vital controlar a pressão sobre os recursos naturais que o crescimento urbano muitas vezes ocasiona. Os bens naturais são finitos e as gestões municipais devem zelar pelo seu uso racional, a fim de preservá-los ao longo dos anos.

Cidades mais compactas, que ocupem porções modestas do território municipal e que busquem uma relação cada vez mais harmônica com todo o entorno natural (assim como incentivem a adoção de práticas agrícolas e agropecuárias sustentáveis e a recuperação e proteção de seus bens naturais), serão, certamente, as cidades do futuro. E somente estas poderão oferecer melhor qualidade de vida e seguranças hídrica e alimentar, além de evitar mudanças climáticas intensas e eventos extremos.

Indicadores

1. Acesso permanente e sustentável à água potável
2. Área desmatada
3. Área restaurada de florestas degradadas
4. Áreas de mananciais protegidas
5. Áreas destinadas às unidades de conservação
6. Avaliação oferta/demanda do abastecimento urbano de água
7. Cobertura vegetal nativa remanescente
8. Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado

9. Esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento
10. Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos
11. Florestamento e reflorestamento
12. Gastos públicos destinados à regeneração de recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade
13. Legislação específica para temas ambientais
14. Participação do município no Comitê de Bacias
15. Perda de água tratada
16. Planos de médio e longo prazos para recursos hídricos
17. Queimadas e incêndios florestais
18. Recuperação de solo degradado
19. Rede de esgoto
20. Reservas e áreas protegidas
21. Rios e córregos classificados com, pelo menos, “bom estado”, segundo critérios oficiais
22. Zona costeira em área de conservação e interesse científico

ODS relacionados



Foto: Sergio Souza/Unsplash



EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ



Objetivo geral

Promover comunidades inclusivas e solidárias. As políticas de inclusão social e de promoção da solidariedade são fundamentais para o desenvolvimento de nossas sociedades e devem ser adotadas pelas gestões municipais, a fim de que as cidades se tornem mais justas e igualitárias.

Objetivos específicos

A diminuição das diferenças sociais é condição básica para o bem-estar da população e possibilita a construção de um espaço urbano sustentável. Pensando nisso, fazem parte dos objetivos específicos deste eixo: desenvolver e implementar programas para prevenir e superar a condição de pobreza; assegurar acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, à saúde, às oportunidades de emprego, à formação profissional, às atividades culturais e esportivas, à informação e à inclusão digital com acesso à internet; promover a inclusão social e a igualdade entre os gêneros, raças e etnias e o respeito à diversidade sexual; aumentar a segurança da comunidade e promover a cultura de paz; e garantir o direito à habitação em condições socioambientais de boa qualidade.

Indicadores

1. Ações afirmativas para a redução da desigualdade
2. Adolescentes cumprindo medidas socioeducativas
3. Adolescentes envolvidos em ato infracional
4. Afetados por eventos climáticos extremos
5. Agressão a crianças e adolescentes
6. Agressão a idosos
7. Conteúdo relativo aos direitos humanos na formação policial
8. Crianças e adolescentes que sofreram violência sexual
9. Crimes contra a liberdade sexual
10. Crimes sexuais
11. Crimes violentos fatais

12. Denúncias de violação dos direitos humanos
13. Distribuição de renda
14. Domicílios com acesso à internet
15. Domicílios com acesso a telefone celular
16. Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais
17. Homicídio juvenil
18. Homicídios de mulheres
19. Homicídios na população branca e negra
20. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal
21. Mortes por agressão
22. Mortes por armas de fogo
23. Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham
24. Negligência e abandono de crianças e adolescentes
25. Notificações de estupro sofridos por mulheres
26. Notificações de violência contra mulheres e meninas
27. Orçamento para a redução da desigualdade
28. Pessoas com renda de até um quarto do salário mínimo
29. Política municipal de assistência aos usuários de drogas e dependentes de álcool
30. Políticas habitacionais municipais com critério de gênero
31. Políticas municipais destinadas a ampliar a igualdade socioeconômica
32. População em situação de rua
33. População idosa
34. Quantidade de famílias que recebem o benefício de superação da extrema pobreza
35. Recursos orçamentários para promoção da igualdade de gênero
36. Renda municipal detida pelos 20% mais pobres
37. Rendimento médio real por gênero
38. Roubos
39. Terras indígenas no município
40. Títulos expedidos às comunidades quilombolas
41. Valor total repassado às famílias beneficiárias do programa Bolsa Família
42. Variação da renda domiciliar per capita
43. Wi-fi livre público

ODS relacionados



GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE



Objetivos gerais

Implementar uma gestão responsável, participativa e eficiente que envolva as etapas de planejamento, execução e avaliação. Promover a gestão eficiente é obter êxito na realização dos objetivos que contemplem os interesses comuns. O planejamento participativo estrutura a visão de desenvolvimento em curto, médio e longo prazos – a execução é a forma de atingi-lo, assim como a avaliação contínua permite aprimorar as ações.

Objetivos específicos

Assegurar a importância das questões de sustentabilidade nos processos de decisão nos níveis urbano e regional, assim como uma política de gestão de recursos baseada em critérios de sustentabilidade sólidos e abrangentes. A gestão precisa ser integrada e eficiente para a sustentabilidade, baseada no princípio da precaução sobre o ambiente urbano e seu entorno.

Para isso, é preciso reforçar as metas dos ODS e da COP-21, bem como as metas nacionais que visam ao desenvolvimento sustentável local e regional, integrando-as, de forma plena, ao funcionamento da administração em todos os níveis. E garantir a transparência administrativa, envolvendo atores diversos para monitorar e avaliar o desempenho, tendo em vista o alcance das metas de sustentabilidade estabelecidas.

Por fim, cabe ao gestor estabelecer metas e prazos concretos, face aos compromissos do Programa Cidades Sustentáveis, bem como um programa de monitoramento desses compromissos.

Indicadores

1. Área verde na zona urbana
2. Compras públicas sustentáveis
3. Controladoria-Geral do Município

4. Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
5. Indicadores atualizados produzidos pela gestão
6. Orçamento distribuído para as diferentes áreas da administração
7. Políticas de cooperação no município
8. Total de receitas arrecadadas

ODS relacionados



Foto: Alex Wong/Unsplash



PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO



Objetivos gerais

Reconhecer o papel estratégico do planejamento e do desenho urbano na abordagem sistêmica das questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e da saúde, para benefício de todos.

Planejar a estrutura da cidade e o seu desenvolvimento resultará em mais qualidade de vida e permitirá à gestão municipal antecipar as saturações contemporâneas que as cidades apresentam, bem como traçar políticas públicas que previnam esses problemas e realçar os pontos fortes do município. Para isso, é primordial que o planejamento integre todas as áreas da administração municipal e seja fundamentado em indicadores, dados e estudos sobre o conjunto do território (áreas urbana, de transição e rural), de modo que o conceito de sustentabilidade (socioeconômica, ambiental, política e cultural) seja transversal para as políticas de curto, médio e longo prazos do município.

Objetivos específicos

O objetivo deste eixo é fomentar ideias inovadoras e ações para resolver os problemas urbanos e desenvolver as cidades e territórios de forma sustentável. Entre tais soluções estão: reutilizar e regenerar áreas abandonadas ou socialmente degradadas; evitar a expansão urbana no território, dando prioridade ao adensamento e desenvolvimento urbano no interior dos espaços construídos; assegurar a compatibilidade de usos do solo na área urbana; e garantir uma adequada conservação, renovação e utilização/reutilização do patrimônio cultural urbano.

Além disso, é preciso adotar critérios de desenho urbano e de construção sustentáveis, respeitando e considerando os recursos e fenômenos naturais no planejamento.

Indicadores

1. Áreas urbana e rural do município
2. Calçadas acessíveis
3. Consórcios públicos e parcerias público-privadas

4. Déficit habitacional
5. Edifícios novos e reformados com certificação de sustentabilidade ambiental
6. Planejamento integrado entre todas as secretarias
7. Plano Diretor participativo
8. População residente em aglomerados subnormais
9. Propriedade de imóveis

ODS relacionado



Foto: Jordan Opel/Unsplash



CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE



Objetivo geral

Desenvolver políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural construído e imaterial, ao mesmo tempo que promovam a preservação da memória e a transmissão das heranças naturais, culturais e artísticas, assim como incentivem uma visão aberta de cultura em que valores solidários, simbólicos e transculturais estejam ancorados em práticas dialógicas, participativas e sustentáveis. A valorização da cultura local permite ao cidadão o reconhecimento de sua herança histórica e, ao município, a geração de riquezas. O apoio da gestão pública pode transformar habilidades locais em fator de inclusão e de destaque para o município, produzindo atividades econômicas relacionadas.

Objetivos específicos

A construção de uma identidade local que compreenda a diversidade de manifestações culturais é parte importante no desenvolvimento de uma cidade sustentável. O fomento às expressões culturais é política pública necessária para o avanço do município e a participação dos moradores.

Para isso, algumas estratégias essenciais precisam ser adotadas, tais como: trabalhar para a formulação de referências conceituais e metodológicas para as políticas públicas de cada ação ou equipamento; promover a gestão participativa envolvendo comunidade, profissionais da área cultural e gestores públicos; garantir o amplo acesso aos espaços culturais existentes e manter programação diversificada; fomentar a criação e a produção cultural nas comunidades; e estabelecer acesso gratuito ou a preços simbólicos nos equipamentos e espaços culturais públicos.

Em síntese, é fundamental que os gestores locais apostem na promoção da cultura da sustentabilidade como área de integração entre os diversos setores da administração municipal.

Indicadores

1. Acervo de livros infanto-juvenis

2. Acervo de livros para adultos
3. Ações de preservação, valorização e difusão do patrimônio material e imaterial
4. Campanhas de educação cidadã
5. Centros culturais, casas e espaços de cultura
6. Conselho municipal de cultura e patrimônio histórico
7. Escolas da rede municipal que abrem aos fins de semana para a comunidade
- 8 Recursos públicos municipais para cultura

ODS relacionados



Foto: Nesa By Makers/Unsplash



EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA



Objetivo geral

Integrar, na educação formal e não formal, conhecimentos, valores e habilidades para a construção de um modo de vida sustentável e saudável. A sustentabilidade dos municípios prevê cidadãos bem formados, que consigam transformar informação em conhecimento para a vida prática. A educação ambiental pode modificar hábitos e construir uma sociedade apta ao desenvolvimento sustentável. Integrá-la de forma transversal à educação é o caminho para a transformação.

Objetivos específicos

Dentre as estratégias básicas da gestão municipal que vislumbrem uma efetiva educação para a sustentabilidade estão: prover a todos oportunidades educativas que lhes permitam papel protagonista no desenvolvimento sustentável local e regional; garantir a implementação do tema da sustentabilidade de forma transversal nas propostas pedagógicas; incentivar o papel dos meios de comunicação de massa na conscientização sobre os desafios socioambientais e as mudanças culturais necessárias à sustentabilidade; enfatizar a importância da educação ética, baseada em princípios e valores para uma condição de vida sustentável; garantir a universalização e a qualidade do ensino em todos os níveis, assegurando a participação da comunidade na gestão escolar; e estimular o ensino do esporte educacional. Promover a educação para a sustentabilidade na gestão local é trabalhar para integrar ensino e vida, conhecimento e ética, em toda a sociedade.

Indicadores

1. Acesso à internet nas escolas dos ensinos fundamental e médio
2. Adequação idade/ano no ensino fundamental
3. Alunos com acesso à quadra esportiva (coberta e descoberta)
4. Alunos com deficiência na rede regular de ensino
5. Alunos, professores e funcionários vítimas de violência no ambiente escolar
6. Analfabetismo funcional da população
7. Analfabetismo na população com 15 anos ou mais

8. Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola
9. Crianças plenamente alfabetizadas até os 8 anos de idade
10. Demanda atendida de vagas na pré-escola
11. Demanda atendida de vagas no ensino fundamental
12. Demanda atendida de vagas no ensino médio
13. Demanda atendida nas creches
14. Diversidade sociocultural no ensino municipal
15. Educação de jovens e adultos (EJA) integrada à educação profissional
16. Educação em tempo integral nas creches
17. Educação em tempo integral na pré-escola
18. Educação em tempo integral no ensino fundamental – anos finais
19. Educação em tempo integral no ensino fundamental – anos iniciais
20. Ensino superior concluído
21. Escolas com conselhos ativos
22. Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência
23. Escolas com recursos para atendimento educacional especializado
24. Escolas com temas transversais nos parâmetros curriculares
25. Escolas públicas com esporte educacional no turno obrigatório
26. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – anos finais
27. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – anos iniciais
28. Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade
29. Professores com formação em nível superior
30. Professores com licenciatura
31. Professores da educação básica com formação em educação especial
32. Prova Brasil – Língua Portuguesa
33. Prova Brasil – Matemática
34. Razão entre as taxas de escolarização por gênero
35. Razão entre o número de alunos e professor na pré-escola
36. Razão entre o número de alunos e professor no ensino fundamental
37. Razão entre o número de alunos e professor no ensino médio

ODS relacionado



ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL



Objetivo geral

Apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, que garanta o desenvolvimento e a geração de empregos sem prejudicar o ambiente. A gestão pública deve considerar a cultura e a economia verde como eixos estratégicos das políticas de desenvolvimento sustentável do município, a fim de transformar a diversidade cultural e natural em potenciais criativos da região para a produção de bens e serviços que leve à geração de empregos e proteja o meio ambiente.

Objetivos específicos

A economia criativa e sustentável apoia-se em diversos pilares e demanda políticas multissetoriais. Por isso, é necessário que a gestão pública, com participação da comunidade, possa planejá-la para impulsionar as potencialidades do município. Nesse sentido, é fundamental a adoção de estratégias como: introduzir medidas para estimular e apoiar o emprego local, o trabalho decente, a contratação de aprendizes e a formação de empresas; cooperar com a responsabilidade social empresarial, criando indicadores de sustentabilidade para as empresas; proteger a biodiversidade regional e o extrativismo controlado; apoiar a produção de orgânicos e fitoterápicos; incentivar o desenvolvimento da biotecnologia; promover o mercado de produções criativas locais; e implementar o turismo local sustentável; entre outras.

Indicadores

1. Acesso ao crédito para pequenos empresários
2. Aprendizes contratados no município
3. Capacitação profissional e incentivo ao primeiro emprego
4. Consumo de água na atividade econômica local
5. Crianças e adolescentes afastados de situação irregular de trabalho infantil
6. Desemprego
7. Desemprego de jovens
8. Divulgação de indicadores de sustentabilidade para o turismo

9. Eficiência energética da economia local
10. Emissões de gases de efeito estufa
11. Empregos em atividades turísticas
12. Empregos formais
13. Empresas locais com indicadores de sustentabilidade
14. Empresas que realizam logística reversa de resíduos
15. Fomento à eficiência energética local
16. Intensidade de emissões do setor de infraestrutura
17. Investimento público em infraestrutura como proporção do PIB
18. Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham
19. Lista suja do trabalho análogo à escravidão
20. Material reciclado em atividades industriais
21. Modernização tecnológica e inovação na administração municipal
22. Ocupação das pessoas com 16 anos de idade ou mais
23. Orçamento municipal investido em ciência e tecnologia
24. Participação da agricultura familiar nas culturas e na pecuária
25. Participação da indústria no PIB municipal
26. PIB do município
27. PIB do turismo
28. PIB municipal per capita
29. Promoção das atividades culturais e produção local
30. Quantidade produzida, área plantada e valor da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas
31. Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos de idade ou mais
32. Salário médio por hora de homens e mulheres por ocupação
33. Trabalho precário
34. Tratamento de esgoto e resíduos da atividade econômica local
35. Variação dos empregos no setor industrial

ODS relacionados



CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA



Objetivo geral

Adotar e proporcionar o uso responsável e eficiente dos recursos e incentivar um padrão de produção e consumo sustentáveis. Entre as medidas importantes para uma economia sustentável estão a criação de condições e a concessão de incentivos à produção de bens que utilizem menos recursos naturais em sua confecção e que possam ser facilmente reaproveitados. Também podem ser realizadas campanhas que estimulem a compra apenas dos produtos essenciais e orientem sobre o prolongamento de sua vida útil.

Objetivos específicos

O principal caminho para implantação de um planejamento local sustentável deve ser a educação dos moradores para a diminuição do consumo e do desperdício e a destinação correta de todo tipo de resíduo.

Para isso, é fundamental investir em ações que visem evitar e reduzir a geração de resíduos e aumentar a reutilização e a reciclagem, com a inclusão social das cooperativas de catadores e recicladores. É preciso também: gerir e tratar os resíduos de acordo com técnicas e modelos sustentáveis; evitar desperdícios de energia, melhorar a eficiência energética e incentivar a autosuficiência; e adotar uma política rigorosa de compras públicas sustentáveis.

É dever do gestor local, ainda, promover ativamente a produção e o consumo sustentáveis, incentivando e regulamentando cadeias produtivas com certificações, rótulos ambientais, produtos orgânicos, éticos e de comércio justo.

Indicadores

1. Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico
2. Coleta seletiva
3. Consumo de água per capita

4. Consumo de eletricidade per capita
5. Consumo municipal anual de agrotóxicos e afins por área plantada
6. Economia por distribuição eficiente de energia
7. Inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva
8. Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
9. Produção e consumo de orgânicos
10. Quantidade de resíduos per capita
11. Reciclagem de resíduos sólidos
12. Recuperação de materiais recicláveis
13. Resíduos depositados em aterros sanitários
14. Volume de resíduos orgânicos destinados à compostagem

ODS relacionados



Foto: Robert V. Ruggiero/Unsplash



MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO



Objetivo geral

Promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade. Os fatores externos que afetam a saúde e provocam doenças têm relação, entre outros motivos, com a ausência de investimentos em infraestrutura, educação, transporte, saneamento, habitação e serviços de saúde. Tais destinações financeiras decorrem de decisões políticas. No que diz respeito ao transporte, o plano estratégico do município deve contemplar ações que melhorem as condições de mobilidade urbana, para que impactem positivamente na saúde pública, na qualidade do ar e no direito à locomoção.

Objetivos específicos

Reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado e promover meios de transporte coletivos acessíveis a todos, a preços módicos, é a estratégia básica para gestores locais que efetivamente apostam na mobilidade sustentável em suas cidades.

Nesse contexto, é fundamental que: aumentem a parcela de viagens realizadas em transportes públicos, a pé ou de bicicleta; desenvolvam e mantenham uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e pessoas com deficiências, com calçadas e travessias adequadas; acelerem a transição para veículos menos poluentes e reduzam o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública.

Essas iniciativas podem ser a base de um plano de mobilidade urbana integrado e sustentável, desenvolvido de forma participativa.

Indicadores

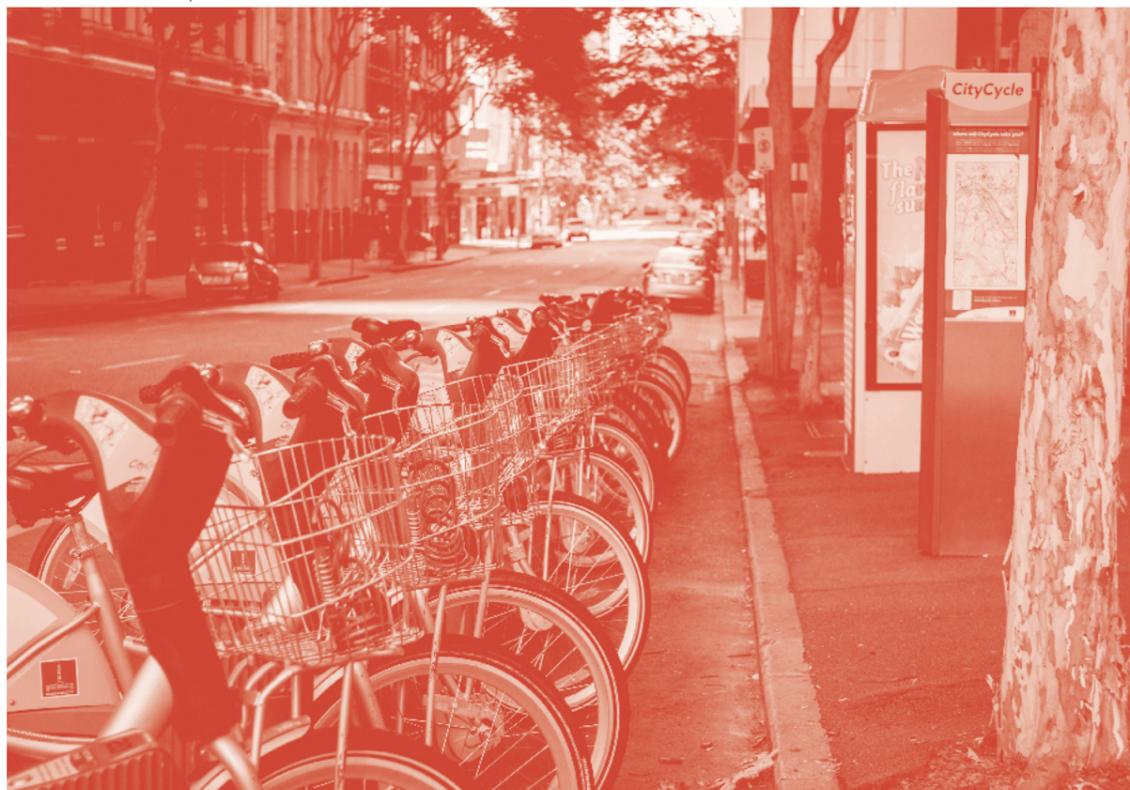
1. Acidentes de trânsito
2. Atropelamentos
3. Ciclovias e ciclofaixas exclusivas

4. Congestionamentos
5. Corredores exclusivos de ônibus
6. Custo anual dos acidentes de trânsito
7. Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência
8. Mortes no trânsito
9. Orçamento do município destinado ao transporte público
10. Peso da tarifa de transporte público no orçamento mensal
11. Proximidade de transporte público
12. Tempo médio gasto da moradia ao local de trabalho
13. Transporte público por ônibus com energia sustentável

ODS relacionados



Foto: Zachari Staines/Unsplash



AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE



Objetivo geral

Proteger e promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos. Os programas de promoção e prevenção da saúde necessitam de um acompanhamento local eficiente e permanente, de forma que os investimentos no setor possam gerar os benefícios desejados ao integrar as orientações para uma vida saudável e os avanços das tecnologias e conhecimentos, bem como a formação e valorização dos profissionais da área.

Objetivos específicos

As diretrizes para a saúde são abrangentes e contemplam desde o planejamento urbano, que influencia diretamente a qualidade de vida, até a equidade no acesso aos serviços públicos, passando pela prevenção de doenças e a divulgação dos indicadores.

Disseminar informações à sociedade sobre as condições essenciais para uma vida com saúde é premissa básica para o gestor local. Além disso, é necessário: estimular o planejamento urbano para o desenvolvimento saudável das cidades; garantir a equidade no acesso, com especial atenção aos mais pobres; promover estudos de avaliação da saúde pública, a gestão participativa e o controle social sobre o sistema; determinar aos urbanistas que integrem condicionantes de saúde nas estratégias de planejamento urbano; e incentivar a alimentação adequada e a prática de atividades físicas e esportivas que enfatizem os valores de uma vida saudável.

Indicadores

1. Baixo peso ao nascer
2. Cobertura de vacinas
3. Contaminação de alimentos por agrotóxicos
4. Desnutrição infantil
5. Detecção de hepatite A, B, C e D
6. Equipamentos esportivos

7. Estabelecimentos que realizam interrupção voluntária de gravidez segundo a lei
8. Excesso de peso em adultos
9. Gasto municipal em saúde em proporção ao gasto total em saúde (municipal, estadual e federal)
10. Gravidez na adolescência
11. Internação hospitalar por doenças crônicas
12. Investimento em saúde preventiva
13. Leitos hospitalares
14. Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano)
15. Mortalidade materna
16. Mortalidade na infância (crianças menores de 5 anos de idade)
17. Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias)
18. Mortalidade por aids
19. Mortalidade por dengue
20. Mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis
21. Obesidade infantil
22. Orçamento municipal para a saúde sexual e reprodutiva
23. Orçamento municipal de saúde per capita
24. Pessoas infectadas com dengue
25. População atendida por equipes de Saúde da Família
26. Pré-natal insuficiente
27. Prevalência de diabetes melito
28. Unidades Básicas de Saúde
29. Unidades Básicas de Saúde que oferecem serviços de planejamento familiar

ODS relacionados



DO LOCAL PARA O GLOBAL



Objetivo geral

Assumir as responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável e proteção ao clima e à biodiversidade. Em um mundo globalizado, a contribuição local para o desenvolvimento sustentável mundial é cada vez mais importante, dados os impactos planetários relacionados às mudanças climáticas e à perda da biodiversidade.

Objetivos específicos

Em 2015, a população total do planeta atingiu a marca de 7,3 bilhões de pessoas. Com efeito, quanto mais habitantes e mais cidades estiverem envolvidos nas ações de preservação, maiores serão as chances de êxito. A abordagem local tem a vantagem de atingir um número menor de pessoas e interesses e, portanto, de poder mobilizar e obter melhores resultados em prazos mais curtos. Nesse sentido, é fundamental que os gestores locais: elaborem e sigam uma abordagem estratégica e integrada para minimizar as alterações climáticas; trabalhem para atingir níveis sustentáveis de emissões de gases geradores do efeito estufa; integrem a política de proteção climática nas áreas de energia, transportes, consumo, resíduos, agricultura e florestas; disseminem informações sobre as causas e os impactos prováveis das alterações climáticas; e promovam o princípio da justiça ambiental.

É essencial ainda o reforço à cooperação regional, nacional e internacional de cidades e o desenvolvimento de respostas locais para problemas globais em parceria com outros governos locais e regionais, comunidades e demais atores relevantes.

Indicadores

1. Centro municipal de monitoramento e alertas de desastres naturais
2. Domicílios com acesso à energia elétrica
3. Domicílios em áreas de risco
4. Gerenciamento de riscos

5. Impactos humanos e materiais dos eventos climáticos extremos
6. Mortes por desastres socioambientais
7. Participação de fontes renováveis na matriz energética do município
8. Plano Municipal sobre Mudanças Climáticas aprovado
9. Políticas de estímulo ao consumo e geração de energias renováveis
10. Temperatura média mensal
11. Total de emissões de CO₂ equivalente per capita

ODS relacionados



Foto: Elements



BOAS PRÁTICAS EM INDICADORES

Existem diversos exemplos de boas práticas na gestão pública relacionadas direta ou indiretamente com o uso de indicadores. Ora como instrumentos e ferramentas de gestão, ora como referências de valor para a criação de leis e regulamentações locais, os indicadores servem de diferentes maneiras ao poder público e à população em geral.

No caso das boas práticas, os exemplos mais evidentes estão nas ações de governo aberto, em que dados e informações são disponibilizados para os cidadãos acompanharem a evolução de indicadores em diver-

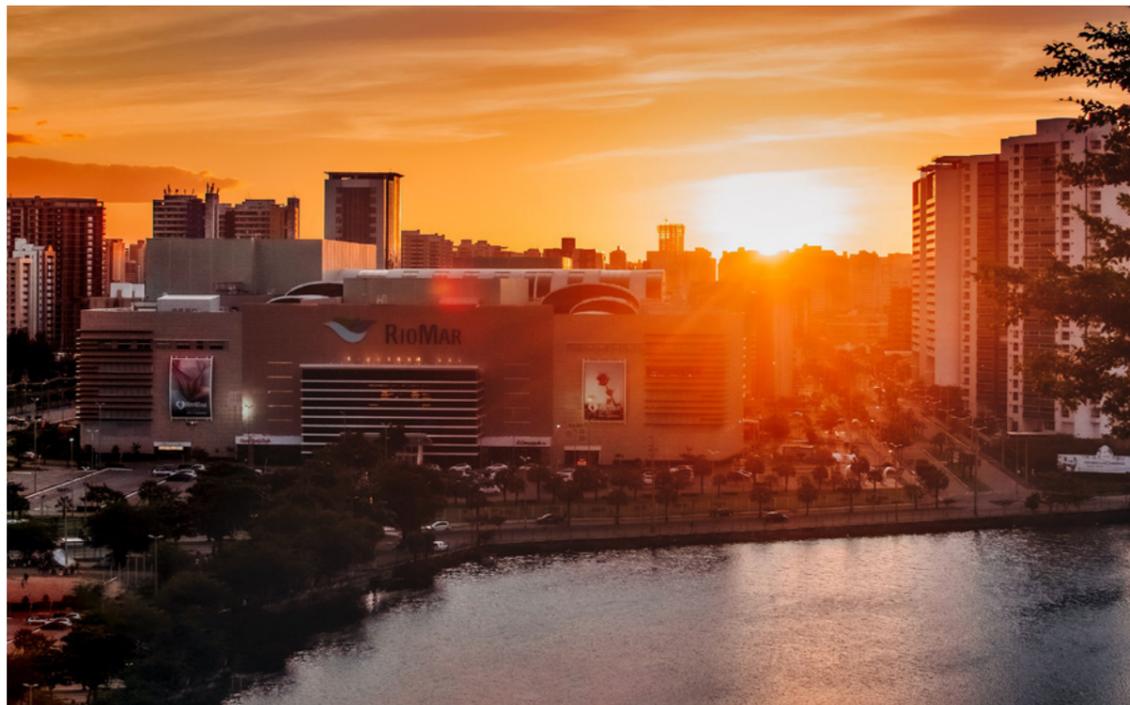
sas áreas temáticas. Há várias experiências do gênero no Brasil e no mundo, muitas delas baseadas em plataformas digitais em que é possível acompanhar e monitorar indicadores, bem como as ações e programas do poder público.

Há também casos menos óbvios, alguns deles bastante promissores, em que os indicadores são a principal ferramenta para a concepção de novos serviços de utilidade pública ou determinam as bases de um modelo de governança. Veja alguns exemplos nas próximas páginas:

Foto: Flo Karr/Unsplash



Foto: Rafael Alves/Unsplash



DADOS ABERTOS PARA A MOBILIDADE URBANA FORTALEZA, BRASIL

Lançado inicialmente em 2014, o programa 'Fortaleza Inteligente' preconizou a abertura de dados da cidade e transformou seu portal da transparência em uma ferramenta de diálogo com a sociedade. Desse modo, trouxe subsídios para a produção de informações, relatórios, gráficos, estatísticas e mapas, em áreas como mobilidade, urbanismo, educação, orçamento e finanças. Um dos resultados concretos foi a redução do tempo de viagem

das pessoas que usam transporte público e a comodidade dos passageiros. Áreas públicas ganharam redes de wi-fi com acesso gratuito e um novo site foi criado para estimular a participação da sociedade nos debates de temas de interesse social.

Mais informações:
<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/1189>

Foto: Emmaus Studio/Unsplash



A CONSTRUÇÃO DE UMA VISÃO DE FUTURO NITERÓI, BRASIL

O Plano de Desenvolvimento de Niterói estabeleceu metas e indicadores no curto, médio e longo prazos para a cidade, com foco nos próximos 20 anos. Batizado de "Niterói que Queremos", o projeto foi concebido para preparar a cidade para enfrentar desafios atuais e futuros, além de contribuir para o processo de modernização da gestão pública e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos. Entre outras ações e iniciativas, o trabalho envolveu a elaboração de um diag-

nóstico para definir as prioridades da cidade; a participação da sociedade civil no processo de reflexão sobre as estratégias a serem adotadas; um diagnóstico dos últimos 20 anos para análise dos principais indicadores econômicos e sociais; e a elaboração detalhada de cenários para o ano 2033.

Mais informações:
<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/213>

Foto: Joao Tzanno/Unsplash



GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA COM METAS E CONTROLE SOCIAL SÃO PAULO, BRASIL

São Paulo foi a primeira cidade no Brasil a aprovar a Lei do Plano de Metas, ainda em 2008. Desde então, todo prefeito eleito ou reeleito precisa elaborar um documento que estabeleça as metas, prazos e ações para enfrentar os desafios nas diferentes áreas da administração pública local. Além de disponibilizar dados e informações referentes à gestão e à cidade, esse trabalho também pressupõe a participação ativa da sociedade, uma vez que o Plano de Metas precisa ser apresentado e debatido em

audiências públicas temáticas e regionalizadas. Informações sobre a evolução dos indicadores e metas estabelecidas também precisam ser disponibilizadas e abertas à população, de modo que qualquer pessoa possa monitorar e acompanhar as ações da prefeitura.

Mais informações:

<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/173>

Foto: Bernardo Ramonfaur/Unsplash



PARIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES CIDADE DO MÉXICO, MÉXICO

Em 2019, o congresso mexicano aprovou mudanças importantes na Constituição para instituir a obrigatoriedade da participação de mulheres em 50% dos cargos públicos nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos órgãos federais, estaduais e municipais. Essa ampliação da paridade busca promover a equidade entre mulheres e homens no exercício do poder público, e demonstra como medidas práticas podem efetivamente levar à transformação na vida das mulheres e comu-

nidades. O México se tornou o quarto no ranking de participação feminina no Legislativo, atrás apenas de Ruanda, Bolívia e Cuba. Leis semelhantes já foram aprovadas em outros países da América Latina, como Paraguai, Argentina e Costa Rica, abrindo um importante debate sobre o tema no ambiente político.

Mais informações:

<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/detalhes/290>

Foto: Vita Marija/Unsplash



MAPA DO RUÍDO LISBOA, PORTUGAL

O Mapa do Ruído de Lisboa mostrou o nível de emissões sonoras na cidade de acordo com dois indicadores: a média ponderada das 24 horas do dia e no período noturno, das 23h às 7h. Dessa forma, a população passou a conhecer os pontos de maior pressão sonora da capital portuguesa, bem como suas principais fontes de emissão. Constatou-se, por exemplo, que as vias principais concentram os valores

mais elevados de ruído ambiente, causado principalmente pelo tráfego rodoviário. Como consequência, surgiram duas recomendações: reduzir o número de veículos e o limite de velocidade dos veículos nas ruas de Lisboa.

Mais informações:

<https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/detalhes/167>

REFERÊNCIAS

ANTICO, Claudia e JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores e a Gestão de Políticas Públicas*. 2016.

AVELINO, Daniel Pitangueira; POMPEU, João Cláudio; FONSECA, Igor Ferraz. *Democracia digital: mapeamento de experiências em dados abertos, governo digital e ouvidorias públicas*. Texto para Discussão. Brasília: Ipea, 2021.

JANNUZZI, Paulo M. *Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil*. Revista do Serviço Público 56 (2): 137-160. Brasília: Abr/Jun, 2005.

JOPPERT, Márcia Paterno e SILVA, Rogério Renato. *Guia Metodológico para Monitoramento e Avaliação de Ações Municipais / Confederação Nacional dos Municípios – CNM e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/Brasil – Brasília: CNM, 2012.*

KAYANO, Jorge; CALDAS, Eduardo de Lima. *Indicadores para o Diálogo*. Série Indicadores, número 8. São Paulo, 2002.

KEINERT, Tânia; KARRUZ, Ana Paula. *Qualidade de Vida – Observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo: FAPESP, 2002.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. *O que são dados abertos?*. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://dados.gov.br/pagina/>

>. Acesso em 02 ago 2020.

PORTAL E-CIDADANIA. *Sobre o portal e-cidadania*. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/sobre>>. Acesso em 02 ago 2020.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. *Guia de Introdução ao Planejamento Urbano Integrado*. São Paulo: PCS, 2020.

_____. *Guia de Introdução à Participação Cidadã*. São Paulo: PCS, 2020.

_____. *Guia para a Elaboração do Plano de Metas*. São Paulo: PCS, 2020.

_____. *Guia de Referências para Produção de Indicadores e para Metas de Sustentabilidade Urbana*. São Paulo: PCS, 2019

_____. *Guia Gestão Pública Sustentável (GPS)*. São Paulo: PCS, 2016.

_____. *Guia de Uso do Sistema de Indicadores Para a Construção de Observatórios*. São Paulo: PCS, 2014.

CRÉDITOS

EDIÇÃO

Beto Gomes e Sérgio Frazão Helene

REVISÃO GERAL

Clarice Meyer Cabral e Zuleica Goulart

REVISÃO DE TEXTO

Benjamin Sérgio Gonçalves

DESIGN

José Roosevelt Junior | Mediacts

ILUSTRAÇÃO

Gil Tokio (Pingado)

COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO



Airton Goes
Assessor de conteúdo

Aline Redorat
Assistente de coordenação

Ana Cândida
Assessora de Boas Práticas

Beto Gomes
Coordenador de conteúdo

Camila Abeid
Assistente de Relações Institucionais e Captação

Camila Maciel
Assessora de Relações Institucionais e Captação

Carolina Guimarães
Coordenadora da Rede Nossa São Paulo

Carolina La Terza
Assessora de Projetos

Christiane Millani
Assessora de Mobilização

Clarice Meyer Cabral
Coordenadora de Indicadores

Igor Pantoja
Assessor de Mobilização

Jorge Abrahão
Coordenador Geral

Laura Dourado
Assessora de Mídias Sociais

Luanda Nera
Coordenadora de Comunicação e Assessoria de Imprensa

Luciana Gabardo
Coordenadora de Relações Institucionais e Captação

Natalia Mendes
Assessora de Comunicação

Paloma Lima
Estagiária de Projetos

Sérgio Frazão Helene
Assessor de Planejamento

Thiago Valentim
Coordenador Administrativo Financeiro e Recursos Humanos

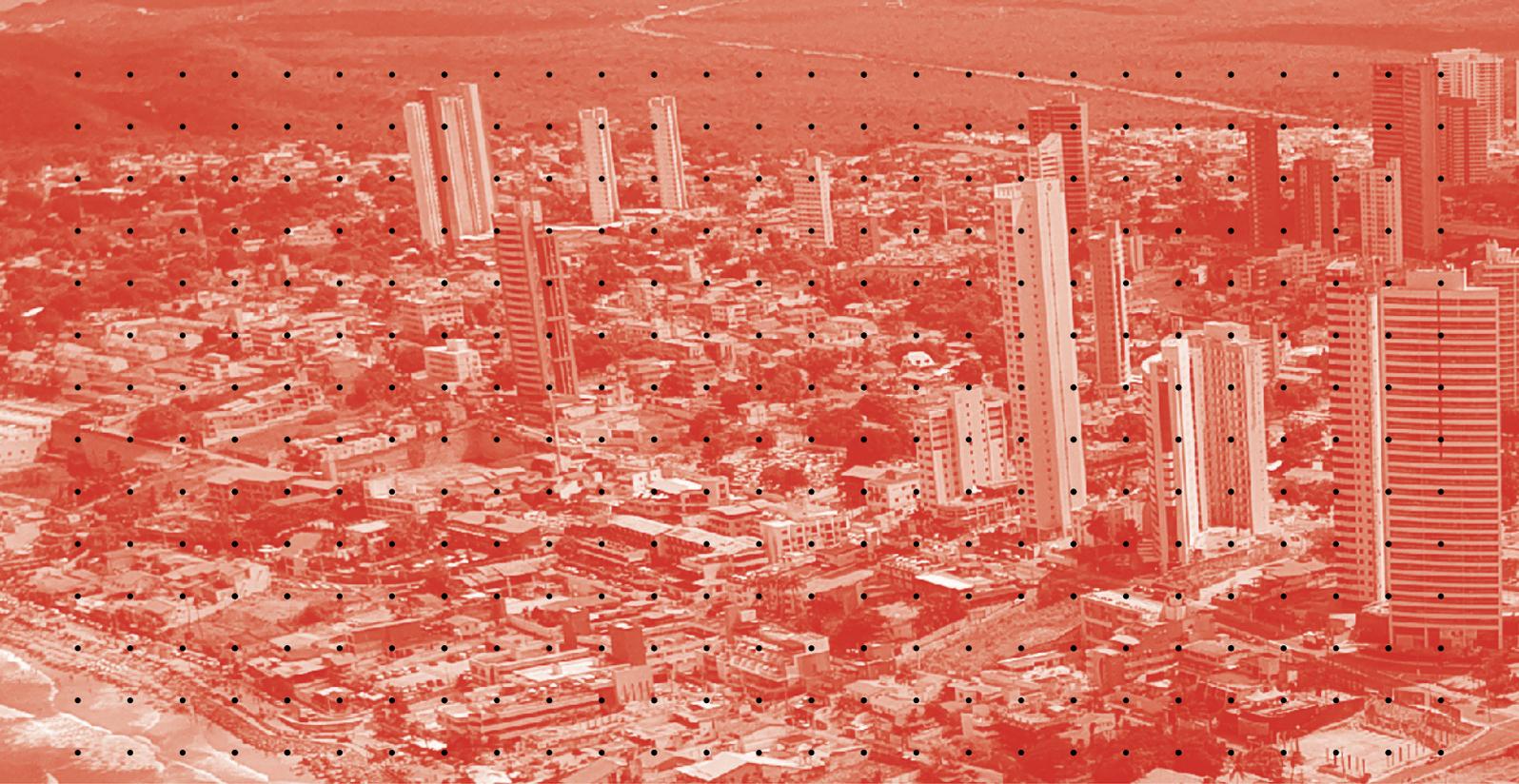
Valquíria Mendes
Serviços Gerais

Zuleica Goulart
Coordenadora do Programa Cidades Sustentáveis



O *Guia de Indicadores para a Gestão Pública* é uma publicação produzida pela equipe do Programa Cidades Sustentáveis, com apoio do Projeto CITinova – Planejamento Integrado e Tecnologias para Cidades Sustentáveis. Trata-se de um projeto multilateral realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), com apoio do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), implementação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e executado em parceria com Agência Recife para Inovação e Estratégia (ARIES) e Porto Digital, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Programa Cidades Sustentáveis (PCS) e Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA/GDF).

Acesse o site do [Citinova](http://www.citinova.mctic.gov.br) (www.citinova.mctic.gov.br) e saiba mais sobre o projeto.



Coordenação e Realização



Apoio



www.cidadessustentaveis.org.br | contato@cidadessustentaveis.org.br

 [programacidessustentaveis](https://www.facebook.com/programacidessustentaveis)  [cidsustentaveis](https://twitter.com/cidsustentaveis)  [programacidessustentaveis](https://www.instagram.com/programacidessustentaveis)  [instituto-cidades-sustentaveis](https://www.linkedin.com/company/instituto-cidades-sustentaveis)  [cidadessustentaveis](https://www.youtube.com/c/cidadessustentaveis)

